

Edital nº 01/2002

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO FLORESTAL
AOS AGRICULTORES FAMILIARES DA MATA
ATLÂNTICA**

Brasília, 10 de outubro de 2002

República Federativa do Brasil

Presidente: Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidente: Marco Antônio de Oliveira Maciel

Ministério do Meio Ambiente

Ministro: José Carlos Carvalho

Secretaria Executiva

Secretária: Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Secretário: José Pedro de Oliveira Costa

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ministro: José Abrão

Secretaria de Agricultura Familiar

Secretário: Gilson Bittencourt



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Editais FNMA n.º 01/2002

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO FLORESTAL AOS AGRICULTORES
FAMILIARES DA MATA ATLÂNTICA**

Brasília, 10 de outubro de 2002

Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA

Diretora: Eliane Fernandes da Silva

Gerente de Projetos: Marco Giovanni Clemente Conde

Programa Nacional de Florestas – PNF

Diretor: Raimundo Deusdará Filho

Gerente de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas: Hélio dos Santos Pereira

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Gerente: Reinaldo Pena Lopes

Diretor de Planejamento: Aloisio Lopes Pereira de Melo

Edital FNMA 01/2002

**PRONAF FLORESTAL – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO FLORESTAL
AOS AGRICULTORES FAMILIARES DO BIOMA MATA ATLÂNTICA**

Fundo Nacional do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, bloco B – 7º andar.

Fax: (61) 224-0879 ou 323-7681

Telefone : (61) 317 1035 – 317 1193

Correio eletrônico : fnma@mma.gov.br

Página eletrônica: <http://www.mma.gov.br>

SUMÁRIO

1.	<u>PARCERIA INTERMINISTERIAL</u>	5
2.	<u>PRONAF FLORESTAL</u>	5
3.	<u>O FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - FNMA</u>	5
4.	<u>O PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS – PNF</u>	6
5.	<u>O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF</u>	6
6.	<u>OBJETO DO EDITAL</u>	7
7.	<u>JUSTIFICATIVA</u>	7
8.	<u>PRAZOS E VALORES</u>	8
9.	<u>ENQUADRAMENTO DO PROJETO</u>	9
10.	<u>PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS</u>	11
11.	<u>DESPESAS FINANCIÁVEIS</u>	12
12.	<u>DESPESAS NÃO FINANCIÁVEIS</u>	12
13.	<u>HABILITAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE</u>	13
14.	<u>DOCUMENTAÇÃO DAS PROPONENTES</u>	14
15.	<u>CONTRAPARTIDA</u>	15
16.	<u>ENCAMINHAMENTO DOS PROJETOS</u>	15
17.	<u>ANÁLISE E JULGAMENTO DOS PROJETOS</u>	16
18.	<u>DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS</u>	18
19.	<u>RECURSOS</u>	18
20.	<u>CONVÊNIO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE</u>	19
21.	<u>DISPOSIÇÕES GERAIS</u>	19
	<u>GLOSSÁRIO</u>	21
22.	<u>ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS</u>	24
	<u>ANEXOS</u>	40
	<u>ANEXO I – CARACTERÍSTICAS PARA ENQUADRAMENTO DOS AGRICULTORES NOS GRUPOS “C” E “D” DO PRONAF</u>	40
	<u>ANEXO II – PORTFÓLIO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE</u>	41
	<u>ANEXO III – DIAGNÓSTICOS SOLICITADOS</u>	42
	<u>ANEXO IV – ESTRATÉGIAS ESPERADAS</u>	44
	<u>ANEXO V – PORTARIA INTERMINISTERIAL</u>	48
	<u>ANEXO VI – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO POTENCIAL</u>	51

O Fundo Nacional do Meio Ambiente, doravante denominado FNMA, torna público que estará realizando seleção de projetos orientados à assistência técnica e extensão florestal aos agricultores familiares localizados no Bioma Mata Atlântica.

1. PARCERIA INTERMINISTERIAL

Este Edital é fruto de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Programa Nacional de Florestas-PNF e do Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA.

2. PRONAF FLORESTAL

O PRONAF FLORESTAL prevê a articulação de um conjunto de ações do Ministério do Meio Ambiente – MMA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em apoio à expansão da cobertura florestal da Mata Atlântica pela implementação de projetos de silvicultura e de sistemas agroflorestais por agricultores familiares, mediante os seguintes instrumentos:

Financiamento de projetos de silvicultura e sistemas agroflorestais, ao amparo do Crédito PRONAF de investimento, para agricultores enquadrados nos Grupos C e D, com condições de planejamento adequadas à atividade, ou seja, carência, prazo, limites, encargos;

Assistência Técnica e Extensão Rural para a implantação dos projetos de silvicultura, de sistemas agroflorestais e para a regularização ambiental dos estabelecimentos, viabilizada por este Edital.

E mecanismos de apoio, tais como a Bolsa-Verde (mediante edição de legislação específica), fornecimento de mudas e instalação de fossas sépticas.

3. O FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - FNMA

Criado pela Lei 7.797, de 10 de julho de 1989, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o FNMA tem por missão contribuir, como agente financiador e por meio da participação social, para implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

A instância de decisão do FNMA é o Conselho Deliberativo, que tem por competência, julgar as solicitações de apoio a projetos. Este Conselho é composto por representantes do Governo e das Organizações Não Governamentais - ONGs, que atuam na área do meio ambiente.

A administração do FNMA, representada por sua Diretoria, é composta por um corpo técnico que tem, entre outras, a responsabilidade da análise de projetos e o acompanhamento e avaliação final dos convênios celebrados. A Diretoria vincula-se à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente – SECEX/MMA.

Atualmente os recursos disponibilizados pelo FNMA provêm do Tesouro Nacional, de contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de recursos auferidos pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Nº 9605/1998), bem como outras agências de financiamento interessadas na implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

4. O PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS – PNF

Criado pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, o Programa Nacional de Florestas (PNF) tem como finalidades: propor instrumentos e normas ambientais, promover, coordenar e integrar ações que assegurem o uso sustentável das florestas, o reflorestamento e a recuperação de áreas alteradas, assim como incentivar medidas que garantam a prevenção e o controle de queimadas e incêndios florestais.

A administração do PNF, representada por sua Diretoria Florestal é atualmente composta por duas gerências: Manejo Florestal e Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas.

O PNF está inserido no Plano Plurianual do Governo Federal – PPA 2000-2003 e no Orçamento Geral da União, contemplando o setor florestal com três linhas programáticas: Expansão da Base Florestal Plantada e Manejada – FLORESTAR, Florestas Sustentáveis – SUSTENTAR e Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – FLORESCER.

5. O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF

Criado em 1996, por meio do Decreto nº 1946, de 28/06/1996, o PRONAF visa promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural construído pelos agricultores familiares, proporcionando-lhes aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e melhoria de renda. Para tanto, o programa prevê um amplo leque de ações de apoio a esse segmento, que representam hoje cerca de 4,1 milhões de unidades produtivas, ou 85 % do número e 30 % da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Essas unidades respondem por 77 % das ocupações do meio rural e por 38 % do valor bruto da produção agropecuária nacional¹. As ações que compõem o PRONAF são implementadas em estreita parceria com Governos Estaduais, Municipais e Organizações Não Governamentais-ONGs voltadas para o desenvolvimento rural e organizações representativas do público-alvo.

Hoje o PRONAF conta com quatro grandes linhas de ação: Infra-Estrutura e Serviços Municipais, com apoio financeiro para a realização de obras de infra-estrutura e execução de serviços de apoio ao desenvolvimento do meio rural em 1.506 municípios; Financiamento de Produção, sendo disponibilizados recursos da ordem de R\$ 4,1 bilhões por safra, para aplicação em projetos de investimento ou propostas de custeio, inclusive para atividades não agrícolas (turismo, artesanato, agroindústria, etc.); Capacitação, Profissionalização, Geração e Transferência de Tecnologia, mediante o apoio a projetos de capacitação de agricultores, técnicos e conselheiros municipais, e ainda a pesquisas tecnológicas feitas pela Embrapa; e Negociação de Políticas Públicas, buscando promover integração das políticas públicas nos três níveis de governo e com a participação da sociedade civil, tendo como instâncias centrais os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

¹ Fonte: INCRA/FAO, com dados do Censo Agropecuário IBGE 1995/96

Dessa forma, busca-se atender às necessidades dos agricultores familiares e potencializar o seu papel de dinamização do desenvolvimento em âmbito local.

6. OBJETO DO EDITAL

Este edital tem por finalidade apoiar projetos orientados para a promoção da Assistência Técnica e Extensão Florestal aos agricultores familiares localizados em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Bioma Mata Atlântica, visando conciliar a conservação dos recursos naturais com o incremento da renda familiar, por meio do plantio e manejo de florestas nas propriedades rurais.

7. JUSTIFICATIVA

As florestas brasileiras, que reconhecidamente detêm a maior biodiversidade biológica de todo o planeta, também assumem significativa importância social, e asseguram a manutenção de 700 mil empregos diretos e 2 milhões de empregos indiretos. A utilização de madeira como combustível é responsável pela geração de mais de 20% da energia primária produzida no Brasil, sendo utilizada na secagem de grãos, em caldeiras industriais, olarias e padarias, assim como para consumo doméstico, principalmente nas regiões mais carentes do país.

Dentre os ambientes florestais brasileiros a Mata Atlântica² é o que sofreu maior impacto com explorações predatórias e desmatamentos ilegais, ficando reduzida a 7,84% de sua cobertura florestal original, fato que indica a necessidade de promover ações que contribuam para a sustentabilidade de áreas prioritárias de interesse sócio-ambiental, aproveitando-se de áreas degradadas e de baixa aptidão agrícola para a implantação de projetos silviculturais e agroflorestais. Suas condições ambientais são altamente favoráveis para a produtividade florestal, gerando uma grande vantagem comparativa que deve ser aproveitada como uma opção para geração de emprego e renda de forma sustentável, e reduzindo a pressão sobre os recursos madeireiros das florestas nativas, preservando-as ou utilizando-as racionalmente.

Por outro lado, os agricultores familiares possuem 85,2% da área total de estabelecimentos agropecuários do país, que representa 30,5% da área total ocupada por estes estabelecimentos e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura.

A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro. Mesmo ocupando 30% da área dos estabelecimentos agropecuários do país, é responsável por 76,9% do Pessoal Ocupado (PO), ou seja, dos 17,3 milhões de PO na agricultura brasileira, 13,7 milhões estão empregados na agricultura familiar, sendo que apenas 16,7% se utilizam de assistência técnica.

Considerando o estado de conservação da Mata Atlântica e a relevância social destes estabelecimentos, torna-se evidente a necessidade de atuação do Governo Federal no sentido de incentivar ações que conciliem a geração de renda com a perpetuação dos recursos naturais, garantido o sustento dos agricultores familiares que habitam estas áreas e diminuindo o impacto que as atividades rurais podem causar ao meio ambiente.

² Compreende um conjunto de formações florestais e ecossistemas associados que originalmente abrange 17 Estados Brasileiros (RS, SC, PR, SP, GO, MS, RJ, MG, ES, BA, AL, SE, PB, PE, RN, CE e PI), situados ao longo da costa atlântica, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, além de parte dos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás

O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por ser um instrumento que viabiliza o acesso ao financiamento, a difusão de tecnologias adaptadas ao ambiente regional, a comercialização dos produtos e a correta aplicação dos recursos na implantação e condução dos projetos, será utilizado como um dos instrumentos do PRONAF FLORESTAL.

Com a emergência das questões ambientais, em meados dos anos 80, concomitantemente às dificuldades enfrentadas pela estrutura oficial dos serviços da ATER, suplantada pela assistência técnica promovida diretamente pelos fabricantes e distribuidores de insumos agrícolas e pelo fomento florestal induzido pelos grandes consumidores de madeira, uma nova preocupação surge entre os agentes extensionistas - a conservação dos recursos naturais, principalmente, do solo e da água. Conjuntamente a essas preocupações, houve o surgimento de novos agentes de extensão e fomento ao desenvolvimento rural integrado, buscando viabilizar a agricultura familiar, combater o êxodo rural e promover a organização dos agricultores, entre outros.

Atualmente, a quase totalidade dos temas ligados ao universo rural vem sendo trabalhada por agentes sociais de cunho privado - associações de produtores, associações de consumidores florestais e ONG's de desenvolvimento rural, sendo tratados indistintamente por “extensão”, uma vez que a expressão foi consagrada como todo e qualquer processo de comunicação e formação direcionado ao produtor rural e que busque alterar padrões de produção.

Alguns destes agentes vêm discutindo uma ampla estratégia para a incorporação do elemento arbóreo na dinâmica das propriedades rurais, envolvendo o processo de recuperação de áreas de preservação permanente, reflorestamento de reservas florestais obrigatórias e de áreas cultiváveis, convertendo-as em unidades para a oferta de produtos e subprodutos florestais, conciliando a função de preservação e conservação ambiental à sua inserção como áreas produtivas nas propriedades rurais.

Sob esse enfoque, a ATER assume uma dimensão contemporânea, fomentando uma mudança de paradigma, com a passagem das florestas de empecilho ao pleno desenvolvimento da propriedade rural, para atividade complementar às práticas agropecuárias, possibilitando a atribuição de valor aos bens oriundos das áreas florestadas, sejam eles benefícios diretos, como produtos comercializáveis e benefícios indiretos, como as funções ecológicas desempenhadas por áreas florestadas.

Desta forma, este Edital como parte componente do PRONAF FLORESTAL objetiva apoiar projetos orientados para a Assistência Técnica e Extensão Florestal aos agricultores familiares localizados em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Bioma Mata Atlântica, visando conciliar a conservação dos recursos naturais com o incremento da renda familiar, por meio do plantio e manejo de florestas em propriedades rurais.

8. PRAZOS E VALORES

Data Máxima para Recebimento de Projetos	09/12/2002
Habilitação das Instituições Concorrentes	10/12/2002 a 12/12/2002
Divulgação das Instituições Habilitadas ³	13/12/2002
Julgamento dos Projetos	13 e 14/02/2003
Divulgação dos Resultados	17/02/2003

³ Deverão considerar-se inabilitadas as instituições que não constarem na publicação.

Chamada Única	Prazo de Execução	Recursos solicitados ao FNMA*		Recursos Previstos**
		Mínimo	Máximo	
Assistência Técnica e Extensão Florestal aos Agricultores Familiares da Mata Atlântica	48 meses	300.000,00	800.000,00	6.000.000,00

* Valor a ser financiado pelo FNMA, excluída a contrapartida.

** Havendo disponibilidade de recursos, a critério do Conselho Deliberativo, os recursos previstos no edital poderão ser ampliados durante o exercício de 2002.

9. ENQUADRAMENTO DO PROJETO

Os projetos devem se orientar à assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares enquadrados nos critérios C e D do PRONAF⁴, cujas atividades estejam localizadas nas áreas definidas no anexo VI deste edital, e objetivar a conservação dos recursos naturais com o incremento da renda familiar, por meio do plantio e manejo de florestas das propriedades rurais, conforme os critérios abaixo:

9.1 Condições obrigatórias para a apresentação de Projetos

Os projetos devem atender, obrigatoriamente, os seguintes quesitos:

- prestar assistência técnica a, no mínimo, 300 agricultores familiares enquadrados nas categorias C e D do PRONAF;
- prever a prestação de serviços de assistência técnica extensão florestal para agricultores familiares, com destaque para o desenvolvimento de projetos de silvicultura, sistemas agroflorestais e adequação ambiental de propriedades rurais;
- apresentar minuta do termo de compromisso a ser assinado entre as partes (ATER e agricultor) quando da autorização da liberação de crédito, indicando claramente as responsabilidades existentes na implantação e condução dos plantios;
- apresentar corpo técnico compatível com as atividades previstas em termo de formação acadêmica e experiência profissional em assistência técnica a agricultores familiares, elaboração e acompanhamento de projetos de implantação silvicultural e agroflorestal;
- comprovar capacidade de articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos na execução e acompanhamento do projeto;
- comprovar experiência na execução de trabalhos com agricultores familiares na área de abrangência do projeto;
- demonstrar disponibilidade de infra-estrutura física, administrativa e gerencial, comprovando qualificação e experiência para a gestão do projeto;
- prever, no orçamento, a participação em eventos de intercâmbio organizados pelo FNMA ao longo e ao final do projeto, a serem realizados em Brasília (4 eventos no total);
- apresentar a totalidade dos diagnósticos solicitados a respeito da área de abrangência dos projetos, conforme orientações contidas no Anexo III - Diagnósticos Solicitados, a saber:
 - diagnóstico da área de abrangência do projeto;

⁴ Conforme características de enquadramento especificadas no anexo I.

- diagnóstico da situação da Agricultura Familiar;
 - diagnóstico da disponibilidade de sementes e mudas;
 - diagnóstico do mercado de produtos madeireiros e agroflorestais;
 - diagnóstico da situação de Regularização Florestal das propriedades rurais.
- j) apresentar as seguintes estratégias esperadas, conforme orientações contidas no Anexo IV – Estratégias Esperadas, citadas abaixo:
- estratégia para divulgação do convênio e sensibilização do público alvo em participar do projeto;
 - estratégia para promoção de assistência técnica aos agricultores beneficiados;
 - estratégia para acompanhamento e monitoramento das áreas implantadas e do projeto;
 - estratégia para adequação ambiental das propriedades atendidas;
 - estratégia para capacitação de beneficiários em implantação, monitoramento e manejo de áreas reflorestadas e agroflorestais;
 - estratégia para avaliação dos resultados obtidos pelo fomento e assistência florestal; e
 - estratégia para divulgação dos resultados do projeto.
- k) atender aos seguintes parâmetros quanto à relação entre agricultores e a equipe de extensionistas:
- o número de agricultores a serem assistidos por técnico extensionista do projeto não deve ultrapassar a 120;
 - deverão ser previstos trabalhos em grupo. Cada extensionista deverá se responsabilizar por 5 a 15 grupos de agricultores,
 - durante os primeiros dois anos do projeto, cada extensionista deverá realizar, no mínimo, 6 visitas individuais por agricultor familiar por ano e, no mínimo, 4 reuniões grupais por ano;
 - nos dois anos seguintes, cada extensionista deverá realizar, no mínimo, 4 visitas individuais por agricultor familiar por ano e, no mínimo, 4 reuniões grupais por ano;
 - mais da metade dos extensionistas deverá ser habilitada para assinar projetos de crédito;
 - mais da metade dos extensionistas deverá ter nível superior de escolaridade;
 - a equipe do projeto, incluindo a coordenação, deverá ser multidisciplinar.

9.2 Princípios básicos a serem observados na formulação e desenvolvimento do projeto

- a) participação: valorização do papel ativo dos beneficiários no levantamento das demandas tecnológicas, gerenciais e comerciais, bem como na execução, monitoramento e avaliação das ações de ATER;
- b) cooperação interinstitucional: as atividades desenvolvidas pelo projeto assim como os recursos deverão ser gerenciados de forma compartilhada entre a proponente e as parceiras que formarem o projeto. Deverá haver um conselho (ou instituição congênere) com representantes de todas as instituições e representações envolvidas que coordenem as ações do projeto;
- c) saber local: todas as atividades do projeto que prevejam, de qualquer forma, mudança no dia a dia dos beneficiários deverão, em primeiro lugar, incorporar o saber local e, de forma participativa, construir metas factíveis. Periodicamente, deverão ser

promovidas oportunidades para que os beneficiários avaliem a assistência técnica recebida e, desta forma, balizem as ações do projeto.

d) qualidade e regularidade: ação continuada resultando na sustentabilidade econômica, social e ambiental dos sistemas produtivos implementados.

e) em termos metodológicos:

- as atividades deverão utilizar metodologias que valorizem a participação dos agricultores, jovens e mulheres, incentivando a participação destas inclusive como beneficiárias diretas do programa PRONAF FLORESTAL. Deverão ainda, buscar as condições necessárias para o pleno exercício da cidadania, melhoria da qualidade de vida e a mudança de comportamento dos agricultores. A partir desta concepção, os serviços da ATER devem ter uma relação estreita não só no acesso ao crédito, mas também com a pesquisa e novas tecnologias de produção, à educação e formação profissional, à agregação de valor, à produção e renda, à integração na cadeia produtiva e na afirmação das oportunidades e direitos dos agricultores familiares.
- as tecnologias deverão ser difundidas por meio de estratégias de comunicação e extensão rural, como: dia de campo, seminários, unidades de observação e demonstração, campanhas, excursões, capacitação de produtores e demonstrações práticas, dentre outras.

10. PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS

Dos projetos selecionados por este edital são esperados os seguintes produtos:

- Relatório dos métodos e resultados da divulgação e sensibilização do público alvo no envolvimento do projeto;
- Relatório metodológico e analítico sobre a elaboração participativa dos projetos de crédito;

Os relatórios supracitados deverão ser encaminhados após um ano de execução do projeto e seus resultados deverão ser apresentados em evento de intercâmbio organizado pelo FNMA.

- Relatório periódico de acompanhamento e monitoramento das áreas implantadas;
- Relatório periódico da avaliação dos agricultores atendidos sobre a assistência técnica recebida;
- Relatório metodológico e analítico das capacitações oferecidas aos agricultores familiares;
- Relatório de regularização florestal das propriedades atendidas;

Os relatórios supracitados deverão ser encaminhados anualmente em anexo às Prestações de Contas Parciais e seus resultados deverão ser apresentados em evento de intercâmbio organizado pelo FNMA.

- Relatório de avaliação dos resultados obtidos por ação da assistência técnica, informando as perspectivas de incremento na oferta de produtos florestais e agroflorestais na área de abrangência do projeto, a forma de comercialização desses produtos, as perspectivas de incremento de renda e de áreas florestais/

agroflorestais promovidos pela ação e a avaliação do projeto pelos agricultores familiares, extensionistas e coordenadores;

- Relatório informando a abrangência e resultados da divulgação do projeto.

Os relatórios supracitados deverão ser encaminhados ao término do prazo de execução do projeto em anexo à Prestação de Contas Final e seus resultados preliminares deverão ser apresentados em evento de intercâmbio organizado pelo FNMA .

Além do acima elencado, são esperados os seguintes resultados:

- maior número de agricultores familiares da área de abrangência da proposta participando e envolvidos no projeto;
- agricultores familiares bem assistidos no desenvolvimento dos projetos de crédito e na implantação e monitoramento das áreas florestais e agroflorestais;
- agricultores familiares capacitados em implantação, monitoramento e manejo de áreas reflorestadas e agroflorestadas;
- fortalecimento das relações entre as instituições que promovem assistência técnica e extensão rural na região;
- propriedades atendidas adequadas à legislação florestal vigente;
- incremento na oferta de produtos florestais e agroflorestais na região;
- expansão das áreas florestadas e agroflorestadas da região.

11. DESPESAS FINANCIÁVEIS

Poderão ser realizadas, com recursos do FNMA, despesas identificadas nas categorias econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital, com as seguintes ressalvas:

- o dispêndio com despesas de capital está limitado ao máximo de 10% do valor solicitado ao FNMA e apenas para a aquisição de equipamentos de informática, audiovisuais e de geoposicionamento global, estritamente necessária à execução do projeto;
- finda a execução do projeto, os equipamentos adquiridos por instituições privadas brasileiras sem fins lucrativos serão objeto de doação para instituição pública a ser identificada no Termo de Convênio ou instrumento congênere, a critério do FNMA.

12. DESPESAS NÃO FINANCIÁVEIS

- Não serão financiadas com os recursos do FNMA, as despesas referentes à:
- taxa de administração, gerência e ou similar;
- elaboração do projeto apresentado;
- gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional ao pessoal com vínculo empregatício com as instituições proponentes ou parceiras do projeto;

- gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a integrantes das diretorias das instituições proponentes;
- gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidores da administração pública ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigente na publicação do edital;
- despesas com pessoal e obrigações patronais, exceto as decorrentes de serviços prestados por pessoas físicas, de natureza eventual;
- pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive decorrentes de pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- pagamento de dividendos ou recuperação de capital investido;
- compra de ações, debêntures ou outros valores mobiliários;
- despesas gerais de manutenção das instituições proponentes ou executoras do projeto;
- financiamento de dívida;
- aquisição de bens móveis usados;
- aquisição de bens imóveis;
- despesas com publicidade que contenham nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou pessoas, servidores ou não, das instituições proponentes ou parceiras.

13. HABILITAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Poderão participar desta seleção pública de projetos, as seguintes instituições:

- Instituições pertencentes à Administração Pública Estadual, Municipal, direta ou indireta;
- Instituições privadas brasileiras, sem fins lucrativos que se enquadrem em, ao menos um dos casos abaixo:
 - ⇒ possuam registro no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA⁵);
 - ⇒ possuam no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses de existência legal e atribuições estatutárias específicas para atuação na área de meio ambiente.

Para comprovação da habilitação, é necessária a apresentação de inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) além dos seguintes documentos, em uma via:

- Instituições públicas:

⁵ O Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA) é de competência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Para saber como se cadastrar, acesse a página www.mma.gov.br/conama ou, entre em contato o CONAMA pelo telefone (61) 317-1433 ou pelo fax (61) 317-1392.

- ⇒ documento comprobatório de suas atribuições legais e finalidade precípua, tal como decreto de criação, estatuto, regimento ou outro;
- ⇒ termo de posse do atual representante legal;
- ⇒ cópia do CPF e da cédula de identidade do representante legal.

▪ Instituições privadas brasileiras, sem fins lucrativos:

- ⇒ ata de criação;
- ⇒ ata de eleição e posse da atual administração;
- ⇒ estatuto em vigor;
- ⇒ cópia do CPF e da cédula de identidade do representante legal da instituição;
- ⇒ certificado de Deferimento do Ministério da Justiça (apenas para OSCIP);
- ⇒ declaração de Utilidade Pública pelo Ministério da Justiça (se couber).

A não apresentação da documentação listada neste item, resultará na inabilitação da instituição.

14. DOCUMENTAÇÃO DAS PROPONENTES

As instituições proponentes que tiverem projetos selecionados terão até 30 dias, após a publicação dos resultados deste Edital no Diário Oficial da União, para comprovar adimplência junto ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados (CADIN) e ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e para apresentar os documentos necessários à celebração de convênio ou outros instrumentos congêneres, que aprovem sua regularidade para com:

- Fazenda Federal (certidão negativa de tributos e contribuições federais);
- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (certidão quanto à dívida ativa da União);
- Fazenda Estadual;
- Fazenda Municipal;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal.

As instituições estaduais e municipais deverão ainda, comprovar situação de regularidade junto ao Cadastro Único das Exigências para Transferências Voluntárias aos Estados e Municípios (CAUC), mediante:

- cópia da publicação do relatório de Gestão Fiscal do último Bimestre;
- cópia da publicação do relatório resumido de execução orçamentária;
- comprovação de aplicação dos limites constitucionais (art. 25, §. 1º, inciso IV, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e art. 212 da Constituição Federal) que poderá ser feita mediante

certidão ou declaração expedida por Tribunal ou Conselho de Contas sob cuja jurisdição esteja subordinada a instituição;

- comprovação do encaminhamento das contas à Secretaria do Tesouro Nacional ou entidade preposta (Caixa Econômica Federal).

Caso a instituição proponente já tenha sido cadastrada no CAUC e esteja com a documentação válida, ficará dispensada da apresentação da documentação acima solicitada.

Após o período de 30 dias, a contar da data de publicação do resultado do Edital, as instituições que não apresentarem a documentação exigida terão seus projetos arquivados. Nesse caso, obedecendo a ordem de classificação, será convocada a instituição subsequente, em conformidade com os recursos financeiros disponibilizados no presente Edital, contando o prazo de 30 dias acima mencionado a partir do recebimento da convocação.

15. CONTRAPARTIDA

É obrigatória a apresentação de contrapartida, cujos valores mínimos e máximos em recursos financeiros são estabelecidos, para instituições públicas municipais, estaduais ou do Distrito Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003. Estas instituições somente poderão sobrepor os limites máximos em bens e serviços economicamente mensuráveis.

No caso de projetos apresentados por instituições privadas sem fins lucrativos, fica estabelecida uma contrapartida mínima de 10% do valor solicitado ao FNMA. Esta poderá ser composta por recursos financeiros e/ou bens e serviços economicamente mensuráveis, próprios ou a serem agregados por instituições parceiras. Não há limites máximos.

Tipo de Instituição	Percentuais Mínimos / Máximos de Contrapartida
Instituições municipais pertencentes a Municípios com até 25.000 habitantes	3 a 8 %
Instituições municipais pertencentes a Municípios com população superior a 25.000 habitantes, localizados nas áreas da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE	5 a 10 %
Demais instituições municipais pertencentes a Municípios com população superior a 25.000 habitantes	20 a 40 %
Instituições estaduais pertencentes a Estados localizados nas áreas da ADENE	10 a 20 %
Instituições estaduais pertencentes aos demais Estados	20 a 40 %
Instituições privadas sem fins lucrativos	10% mínimo, sem limite máximo.

16. ENCAMINHAMENTO DOS PROJETOS

Os projetos, elaborados de acordo com o Roteiro para Apresentação de Projetos, deverão ser encaminhados por meio de expediente formal (ofício) assinado pelo representante legal da instituição proponente.

O projeto deverá ser remetido, obrigatoriamente, por Serviço Postal, observando-se que a data máxima para que a proposta chegue no FNMA é o dia 09/12/02,

acompanhado de registro e de formulário preenchido com o nome e endereço da instituição proponente, de modo que permita o acompanhamento de seu recebimento pelo FNMA (comprovante de recebimento), em envelope lacrado, endereçado à Diretoria do Fundo Nacional do Meio Ambiente, doravante denominada simplesmente Diretoria, no endereço apresentado no item 21.

Será obrigatória a apresentação do projeto completo em duas vias impressas, sendo uma original e uma cópia, cada qual encadernada em espiral, e em uma via digital (disquete ou disco óptico). As páginas deverão estar numeradas e ordenadas sequencialmente, sendo que, nas vias impressas, será obrigatória a aposição de rubrica do Coordenador do projeto, em cada uma.

No envelope, deverá constar, claramente, a seguinte referência:

<p style="text-align: center;">RESERVADO FNMA: EDITAL 01/2002 “Assistência Técnica e Extensão Florestal aos Agricultores Familiares da Mata Atlântica”.</p> <p>Título do Projeto: Instituição Proponente:</p>

Os documentos de habilitação (listados no item 13), o CNPJ e a documentação comprobatória do estabelecimento das parcerias devem ser encaminhados junto com o projeto, formando um único volume, encadernado e numerado.

Recomenda-se a apresentação de um índice com a relação de documentos e sua localização no volume, conforme quadro 1 do Roteiro para Apresentação de Projetos.

17. ANÁLISE E JULGAMENTO DOS PROJETOS

Encerrado o prazo para recebimento de projetos, a Diretoria do FNMA verificará o atendimento das exigências quanto à habilitação das instituições proponentes, a partir dos documentos exigidos e ao enquadramento dos projetos aos termos deste Edital. A relação de instituições habilitadas será divulgada no Diário Oficial da União, e disponibilizada na Internet, no endereço eletrônico do Ministério do Meio Ambiente/FNMA.

As instituições habilitadas terão seus projetos avaliados por uma Câmara Técnica Temporária, composta por especialistas convidados pelo FNMA. O processo de análise técnica ocorrerá conforme os procedimentos e critérios descritos no presente Edital, dentre os quais são fundamentais:

- a localização regional;
- a manutenção de áreas de interesse ambiental;
- o grau de ameaça em decorrência de ação antrópica;
- a necessidade de recuperação da área;
- a densidade de agricultores familiares;
- a qualidade técnica do projeto;
- a clareza e pertinência dos objetivos, metas e resultados esperados;
- a factibilidade dos objetivos, metas e atividades no tempo fixado;
- os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da execução do projeto;
- a maturidade institucional do proponente e parceiras;
- a capacidade técnica da equipe executora do projeto; e
- a adequação do orçamento às atividades a serem desenvolvidas.

Os projetos serão classificados por pontos obtidos, conforme tabelas abaixo, sendo, posteriormente, submetidos a julgamento pelo Conselho Deliberativo do FNMA.

Os valores das tabelas P1-ABRANGÊNCIA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS, P2 – ORÇAMENTO, P3 – ESTRUTURA E QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA e P4 - QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA DO CONJUNTO INSTITUCIONAL (PROPONENTE E PARCEIRAS), variam de 0 a 4, correspondendo o valor 0 à ausência do item solicitado; 1 ruim; 2 adequado; 3 bom; 4 excelente, sendo que, multiplicado pelo peso correspondente, a pontuação máxima não excederá a 60 pontos para P1, a 10 pontos para P2, a 80 pontos para P3 e a 50 pontos para P4 e a pontuação máxima por projeto igual a 200 pontos.

Pretende-se avaliar, por meio destas tabelas, a prioridade das áreas atendidas (anexo VI), a consistência e a adequação orçamentária do projeto, a relação custo-benefício entre o valor total do projeto e o número de agricultores atendidos, os diagnósticos e as estratégias solicitadas. Para tal será observado o referencial teórico e a metodologia adotada, clareza, objetividade e factibilidade das ações propostas. Por fim, a qualificação e experiência do conjunto institucional que apresenta o projeto (proponente e parceiras).

P1 – ABRANGÊNCIA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS		
	Pontos	Peso
Área de importância biológica e concentração de agricultores familiares categorias C e D do PRONAF (anexo V)	1 a 10	5,0
Porcentagem de agricultores familiares atendidos por região em relação ao total estimado pela tabela do anexo VI.	0 a 5	2,0
Pontuação Máxima P1	60	

P2 – ORÇAMENTO		
	Pontos	Peso
Consistência e Adequação do orçamento proposto às atividades a serem desenvolvidas	0 a 4	1,5
Relação custo-benefício do projeto	0 a 4	1,0
Pontuação máxima P2	10	

P3 – ESTRUTURA TÉCNICA DO PROJETO		
	Pontos	Peso
Qualidade e relevância do diagnóstico e levantamento da disponibilidade de sementes e mudas na região de abrangência do projeto	0 a 4	2,0
Qualidade e relevância dos demais diagnósticos solicitados	0 a 4	4,0
Avaliação de risco e estratégias para superação	0 a 4	1,0
Estratégia para divulgação do projeto e sensibilização do público alvo	0 a 4	2,0
Estratégia para assistência técnica aos agricultores beneficiados	0 a 4	2,0
Estratégia para monitoramento controle das áreas implantadas	0 a 4	2,0
Estratégias para capacitação dos beneficiários em implantação, monitoramento e manejo das áreas implantadas	0 a 4	2,0
Estratégias para adequação ambiental das propriedades atendidas	0 a 4	2,0

Estratégias para integração das parceiras na gestão do projeto	0 a 4	1,0
Estratégia de avaliação dos resultados obtidos	0 a 4	1,0
Estratégias para divulgação dos resultados do projeto	0 a 4	1,0
Pontuação máxima P3	80	

P4 – QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA DO CONJUNTO INSTITUCIONAL (PROPONENTE E PARCEIRAS)		
	Pontos	Peso
Comprovada experiência de trabalho com assistência rural para agricultores familiares, com destaque para o desenvolvimento dos projetos de silvicultura, agroflorestal e adequação ambiental das propriedades rurais do conjunto de instituições que gerem o projeto	0 a 4	3,0
Corpo técnico, da instituição parceira e proponente, compatível com atividades previstas em termo de formação acadêmica e experiência com assistência técnica a agricultores familiares, elaboração e acompanhamento de projetos silviculturais e agroflorestais	0 a 4	3,5
Disponibilidade de infra-estrutura física, administrativa e gerencial, comprovando qualificação e experiência para a gestão do projeto do conjunto proponente e parceiras	0 a 4	3,0
Experiência de trabalho da instituição proponente e parceiras na área de abrangência do projeto	0 a 4	3,0
Pontuação máxima	50	

Pontuação Final - PF

A pontuação final será dada pelo somatório obtido em cada uma das tabelas anteriores:

$$PF = \sum P1 + \sum P2 + \sum P3 + \sum P4$$

CrITÉrios de desempate:

Os projetos que apresentarem maior pontuação no critério P1 serão selecionados. Caso ainda persista o empate, será utilizada a maior pontuação na somatória nos critérios P3 e P4.

18. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação das instituições selecionadas deverá ocorrer em 17/02/2003. Os resultados serão publicados no Diário Oficial da União – DOU, e disponibilizados na Internet, no endereço eletrônico do Ministério do Meio Ambiente/FNMA.

19. RECURSOS

Dos atos da administração do FNMA praticados no curso deste processo seletivo, será admitida a interposição dos recursos previstos no Art. 109, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, observando-se os prazos ali descritos.

20. CONVÊNIO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

As instituições selecionadas ficam automaticamente convocadas para a apresentação da documentação prevista no item 14 e posterior assinatura de convênio ou outro instrumento congênere.

O não atendimento à convocação ou a não aceitação do convênio ou outro instrumento congênere, caracterizará a desistência da instituição.

No caso de inadimplência que perdure por prazo superior a 30 dias, contados a partir da convocação para formalização do instrumento, o projeto será arquivado e a instituição proponente perderá o direito aos recursos destinados para sua execução.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

Havendo sobreposição entre as áreas de abrangência de dois ou mais projetos, que provoque duplicidade de esforços, somente a proposta mais bem classificada, segundo os critérios definidos neste Edital, será passível de apoio.

As instituições parceiras que integrem a execução de projeto selecionado se reportarão unicamente à instituição proponente, não adquirindo direitos ou recebendo recursos diretamente do FNMA.

Será admitida a apresentação dos documentos em original, em cópia autenticada ou, ainda, na forma de publicação em imprensa oficial.

Não se admitirá a agregação de documentos e substituições, acréscimos ou modificações no conteúdo de projetos antes encaminhados, esgotado o prazo fixado para recebimento de projetos.

São de responsabilidade das entidades participantes a verificação dos dados e possíveis dificuldades inerentes ao desenvolvimento do projeto, os quais não poderão ser avocados no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

Serão inabilitados os projetos:

- recebidos pela Diretoria depois das 17:00 horas do dia 09/12/2002;
- não obedecerem rigorosamente os termos e disposições deste Edital.

Nos casos das instituições inabilitadas ou cujas solicitações de recurso sejam reprovadas, seus projetos e respectivos documentos estarão à disposição das mesmas na Diretoria, a partir de 16/12/2002, para serem devolvidos/retirados mediante ofício de solicitação assinado pelos representantes legais. Aquelas não reclamadas até 60 (sessenta) dias após esta data, serão inutilizadas.

As disposições deste Edital, bem como o projeto da instituição proponente, farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar de cada instrumento jurídico assinado, independentemente de transcrição.

Os direitos sobre os produtos do projeto apoiado serão objeto de tratamento específico no Termo de Convênio ou instrumento congênere, conforme as disposições normativas do FNMA.

A critério da Diretoria, e ouvido o Conselho Deliberativo do FNMA, os valores e percentuais consignados para este Edital poderão ser alterados em razão de eventuais mudanças ou determinações superiores na ordem econômica do País.

Este Edital poderá ser revogado por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, podendo ser anulado por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado sem que isso implique em direito à indenização de qualquer natureza.

Os termos deste Edital somente poderão ser impugnados mediante pedido formal protocolizado na Diretoria, até 02/12/2002. Vencido o período especificado, qualquer questionamento não terá efeito impugnatório.

O Conselho Deliberativo do FNMA, no uso de suas competências estabelecidas pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial MMA nº 170, de 03 de maio de 2001, quando instado por manifestação da Câmara Técnica Temporária, poderá determinar a realização de ajustes técnicos nos projetos aprovados, desde que não descaracterizem o objeto da seleção e sejam atendidos em data anterior e como condição à celebração do convênio ou instrumento congênere.

Informações e esclarecimentos complementares pertinentes a esta Seleção de Projetos poderão ser obtidos diretamente na Diretoria do FNMA no seguinte endereço:

Fundo Nacional do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar
CEP 70.068-900 Brasília - DF
Telefone: (61) 317 1035/ 317 1193
Fax: (61) 224-0879 – 323 7681
Correio eletrônico: fnma@mma.gov.br
Endereço eletrônico: <http://www.mma.gov.br/fnma>

GLOSSÁRIO

Agricultura Familiar: as diversas definições de agricultura familiar impõem no plano conceitual três condições: (i) a agricultura é a principal ocupação e fonte de renda da família; (ii) a maior parte da força de trabalho empregada na exploração provém de membros da família; (iii) a unidade doméstica e a unidade produtiva estão integradas.

Função Social da Propriedade Rural: a propriedade rural cumpre com a sua função social quando se torna produtiva sem agredir o meio ambiente. A sua utilização deve ser feita de forma racional e adequada, visando a manutenção do equilíbrio ecológico e a garantia da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar social e econômico dos seus proprietários e daqueles que nela trabalham, bem como de suas famílias. O não cumprimento da função social torna a propriedade rural passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Reserva Legal: é uma área localizada no interior da propriedade ou posse rural, que deve ser mantida com a sua cobertura vegetal nativa, seja de florestas ou outras formas de vegetação, por ser necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas, à conservação da biodiversidade e reabilitação dos processos ecológicos.

A legislação vigente estabelece um percentual mínimo de 80% de reserva legal, para as propriedades rurais localizadas em áreas de florestas na Amazônia Legal. Para as propriedades rurais localizadas em áreas de cerrado da Amazônia Legal, o percentual de reserva legal é de 35%. Nos demais ecossistemas e regiões do país, o percentual de reserva legal é de 20% do total da propriedade.

Não fazem parte da área de reserva legal as Áreas de Preservação Permanente, devendo os proprietários rurais declará-las separadamente e delas cuidar de acordo com a legislação vigente.

Reserva Legal na Pequena Propriedade ou Posse Rural Familiar: para o cumprimento da manutenção ou compensação da área de reserva legal em pequena propriedade ou posse rural familiar, podem ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

Localização da Reserva Legal: a área de reserva legal deve ser escolhida pelo proprietário e ser aprovada pelo órgão ambiental estadual competente ou, mediante convênio, pelo órgão ambiental municipal ou outra instituição devidamente habilitada, devendo ser considerados, no processo de aprovação, a função social da propriedade, e os seguintes critérios e instrumentos, quando houver: o plano de bacia hidrográfica; o plano diretor municipal; o zoneamento ecológico-econômico; outras categorias de zoneamento ambiental e a proximidade com outra reserva legal, área de preservação permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.

Averbação: a área de reserva legal deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação de área, com as exceções previstas na Lei nº 4.771/65 – Código Florestal.

Averbação Gratuita: a averbação da reserva legal da pequena propriedade ou posse rural familiar é gratuita, devendo o Poder Público prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário.

Manejo Florestal da Área de Reserva Legal: a vegetação da área de reserva legal pode ser utilizada somente por meio do manejo florestal sustentável, assim, o interessado em explorá-la para obtenção de benefícios econômicos e sociais deve utilizar-se do Plano de Manejo Florestal Sustentável, que é um documento técnico onde constam todas as atividades a serem executadas durante o período do manejo e que tem por princípio, assegurar que a área de reserva legal seja explorada respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo, ou seja, a conservação dos recursos naturais, a conservação da estrutura da floresta e de suas funções e a manutenção da biodiversidade. O Plano de Manejo Florestal Sustentável deve ser registrado no IBAMA ou órgão ambiental competente.

Sistemas Agroflorestais – SAF’s: a atividade agroflorestal é uma forma de manejo e uso dos recursos naturais, representada pelo plantio de árvores destinadas à produção e ao corte em consórcio com o cultivo de lavouras e frutas e a criação de animais, simultaneamente distribuídos numa mesma área ou em seqüência temporal.

Área Degradada: é uma parte de terra danificada, fraca e pobre, que não serve para criar animais nem para produzir alimentos.

Como recuperar a área degradada: a recuperação da área degradada deve ser feita visando devolver ao local as condições ambientais antes existentes e pode ser feita de duas formas:

I) se a degradação não estiver em estágio muito avançado, é possível recuperar a área por meio da regeneração natural da vegetação nativa;

II) a área em estágio muito avançado de degradação só pode ser recuperada com a implantação de reflorestamento, por meio de técnicas e manejo de conservação do solo. Neste caso, antes do plantio das mudas ou sementes das espécies escolhidas, nativas ou exóticas, deve-se providenciar a análise da terra, que indicará a forma adequada de utilização de adubos, calcário e outros insumos fertilizantes.

Desmatamento: entende-se por desmatamento a operação de supressão total da vegetação nativa de determinada área para o uso alternativo do solo.

A Importância das Florestas: a Implantação de Florestas na propriedade traz muitas vantagens para o produtor rural. Com o plantio de árvores o produtor obtém matérias-primas e energia de forma renovada e teoricamente perpétua. Os princípios básicos do cultivo de árvores, chamado de silvicultura, possuem um desenvolvimento muito satisfatório, tornando plenamente produtivos terrenos anteriormente marginais ou abandonados pela agricultura. A floresta dentro da propriedade desempenha várias funções:

Econômica – gerando bens, funcionando como uma alternativa de renda dentro da propriedade, gerando empregos e serviços, além de fornecer valiosos produtos como madeira para as construções e mobiliário, celulose para o papel, lenha e carvão para as caldeiras, substâncias medicinais, óleos, resinas, gomas, essências, mel, frutos, flores e muitos outros;

Ecológica - gerando ambientes mais adequados para uma grande variedade de vida silvestre, favorecendo a infiltração e o acúmulo de água no solo, regularizando o nível da água dentro dos rios, córregos e nascentes da propriedade, protegendo o solo contra a erosão,

evitando a formação de voçorocas, servindo de proteção contra os ventos, que secam o solo e favorecem a formação de áreas desérticas;

Social – criando ambientes mais agradáveis, com sombras e temperaturas mais amenas, possibilitando a utilização da área como espaços para o lazer e funcionando como elemento contra a poluição atmosférica ou sonora.

Assim, as florestas podem desempenhar todos estes papéis. Para tanto é importante que a condução e o uso das florestas (naturais ou plantadas) aconteça em perfeito equilíbrio e harmonia com a Natureza, permitindo que o proprietário colha todos os benefícios que as florestas têm para oferecer.

22. ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS

1. CAPA

2. ÍNDICE

O **Quadro 01 - Índice**, deverá ser preenchido pelo proponente e apresentado no início do projeto.

Documento	Página
1. Ofício assinado pelo representante legal da instituição proponente encaminhando o projeto ao FNMA	
2. Projeto conforme orientações do Roteiro para Apresentação de Projetos	
• Folha de Rosto do Projeto	
• Identificação das Instituições Proponentes e Parceiras	
• Identificação do Projeto	
• Objetivo e Metas	
• Atividades, Metodologias e Insumos	
• Avaliação de Riscos e Estratégias de Continuidade	
• Programação de Execução Física (quadro 6)	
• Orçamento e Programação Financeira (quadros 7, 8, 9 e 10)	
• Equipe Técnica (quadro 3)	
• Currículos da equipe técnica (quadro 4)	
• Termos de referência dos serviços a serem contratados (quadro 5)	
3. Portfólio da instituição proponente	
4. Diagnósticos solicitados	
5. Documento formal (carta ou ofício) de cada uma das instituições parceiras dando ciência do conteúdo do projeto e apresentando uma descrição sucinta da forma de sua participação.	
6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	
7. Documentação de habilitação	
8. Documentação das parceiras (opcional no encaminhamento do projeto)	

3. FOLHA DE ROSTO

O quadro Folha de Rosto deve ser preenchido, conforme esclarecimento a seguir:

Quadro 02 – Folha de Rosto

Título: informar o título do projeto, utilizando, no máximo, 40 (quarenta) caracteres. O título deverá ser representativo do tema central proposto.

Áreas Prioritárias: informar a(s) área(s) prioritária(s) que o projeto abrange conforme anexo VI.

Municípios: informar o(s) município(s) integrante(s) da área de abrangência do projeto.

Previsão do nº de agricultores familiares atendidos: informar a previsão do número de agricultores familiares a serem atendidos pelo projeto.

Duração: informar, em meses, a duração do projeto.

Resumo do Projeto: Apresentar uma síntese do projeto, em no máximo 20 (vinte) linhas, abordando o diagnóstico da situação, a justificativa e o objetivo do projeto.

Resumo do Orçamento: preencher somente os valores de contrapartida itens: 1) Recursos financeiros e 2) Bens e/ou serviços economicamente mensuráveis. Os demais valores serão importados automaticamente do Quadro 08 - Consolidação da Programação Orçamentária.

Instituição Proponente: nome completo da instituição e sigla, se for o caso.

Responsável técnico: nome completo do coordenador do projeto, responsável técnico deste.

Responsável financeiro: nome completo do técnico financeiro, responsável pela execução financeira e contábil do projeto.

Instituição(ões) Parceira(s): nome completo das instituições parceiras e siglas, se for o caso.

Quadro 02 – Folha de Rosto

Identificação do Projeto		
Título:		
Áreas Prioritárias: Municípios: Previsão do nº de agricultores familiares atendidos:	Duração:	
Resumo do Projeto: (máximo 20 linhas)		
Resumo do Orçamento: (não preencher - valores importados da Consolidação da Programação Orçamentária)		
	Percentual	Valor
Valor solicitado ao FNMA:	%	R\$
a) Despesas Correntes:		R\$
b) Despesas de Capital:		R\$
Valor oferecido em contrapartida:	%	R\$
a) Despesas Correntes:		R\$
b) Despesas de Capital:		R\$
1) Recursos financeiros:		R\$
2) Bens e/ou serviços economicamente mensuráveis:		R\$
Valor Total do Projeto:	100,0%	R\$
Instituição Proponente:		
Responsável técnico (Coordenador do Projeto):		
Responsável financeiro:		
Instituição(ões) Parceira(s):		

4. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE E PARCEIRAS

Identificação da instituição proponente e das parceiras

4.1 Identificação da Instituição Proponente

A instituição proponente é a pessoa jurídica que apresenta o projeto. Seu representante legal assinará o termo de convênio ou instrumento congênere e todos os outros documentos necessários ao processo, respondendo pela administração dos recursos.

Instituição: informar o nome completo da instituição, sigla, CGC ou CNPJ, endereço postal, telefone, fax, correio e endereços eletrônicos. Caso a instituição proponente pertença a administração municipal, informar também a população total do município (fonte IBGE).

Representante Legal: informar o nome do representante legal da instituição, seu cargo e função, CPF, número do Registro Geral (RG), endereço postal e correio eletrônico.

Coordenador do Projeto: informar o nome do coordenador do projeto, telefone e correio eletrônico.

Assinatura: o projeto deverá vir assinado pelo seu coordenador. Caberá também ao coordenador aplicar sua rubrica em todas as páginas e documentos que compuserem o projeto.

4.2 Identificação de Instituições Parceiras:

Identificar todas as instituições que participarão do projeto, indicando a natureza dessa participação. Em anexo, deverá ser apresentado o documento formal (carta ou ofício) da instituição parceira dando ciência do conteúdo do projeto e apresentando uma descrição sucinta da forma de sua participação.

Instituição Parceira: apresentar nome completo, sigla, CGC ou CNPJ, endereço postal, telefone, fax, correio e endereços eletrônicos de todas as instituições parceiras.

Natureza da Participação: apresentar síntese da função e das responsabilidades de cada instituição parceira no projeto.

Caracterização das atividades desenvolvidas: apresentar histórico da instituição, suas áreas de atuação, principais realizações, missão etc. Destacar a experiência da instituição em mobilização social, planejamento participativo, manejo florestal comunitário, dentre outras.

As instituições parceiras não poderão celebrar contratos de prestação de serviços com a instituição proponente, entretanto, custos para a realização de ações por elas desenvolvidas poderão ser assumidos pela instituição proponente, inclusive com recursos oriundos do FNMA, limitando-se aos elementos de despesas aceitos pelo FNMA.

5. INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO

5.1 Objetivo

O **objetivo** do projeto deve refletir sua finalidade, ou seja, o que se pretende alcançar com a sua realização. Ele deve abranger os resultados e a situação esperada ao final da execução do projeto. Portanto, sua descrição deve ser clara e realista.

5.2 Metas

As **metas** são as etapas necessárias à obtenção dos resultados, as quais, em sua somatória, levarão à consecução do objetivo. Solicita-se a apresentação de metas específicas para cada estratégia esperada (anexo IV), ou seja:

- uma meta para divulgação do convênio ou instrumento congênere e sensibilização do público-alvo em participar do projeto;
- uma meta para promoção de assistência técnica aos agricultores beneficiados;

- uma meta para acompanhamento e monitoramento das áreas implantadas e do projeto;
- uma meta para adequação ambiental das propriedades atendidas;
- uma meta para capacitação de beneficiários em implantação, monitoramento e manejo de áreas reflorestadas e agroflorestais;
- uma meta para avaliação dos resultados obtidos pelo fomento e assistência florestal; e
- uma meta para divulgação dos resultados do projeto.

Recomenda-se que as ações orientadas para a coordenação/gestão do projeto, sejam centradas em uma meta específica, por exemplo: Coordenação e Gestão do Projeto, onde ficariam incluídas a implantação e operacionalização de um Conselho Deliberativo do projeto com a participação efetiva dos parceiros e de um Comitê de Acompanhamento e Monitoramento com participação de parceiros e público-alvo do projeto.

Poderão ser incluídas outras metas em função das características e abrangência do projeto elaborado.

Para sua melhor definição, devem ser:

- Mensuráveis (refletir a quantidade a ser atingida).
- Específicas (remeter-se a questões específicas, não genéricas).
- Temporais (indicar prazo para sua realização).
- Alcançáveis (serem factíveis, realizáveis).

5.3 Atividades, Metodologia e Insumos

Na descrição das atividades, devem ser apresentados, detalhadamente, os métodos, as técnicas e os recursos materiais e humanos que serão empregados na realização das metas (ou seja: significa informar "como" e "com o quê" será realizada cada meta).

A metodologia deve permitir o entendimento de como as metas e atividades serão realizadas na prática. O texto deverá demonstrar, de forma ordenada e lógica, a distribuição das metas e de suas atividades no tempo e no espaço. Informações adicionais, tais como: mapas, fotografias, croquis e outros documentos específicos poderão ser anexados, conforme a necessidade e a relevância de cada um.

Quando o projeto prever cursos de capacitação, faz-se necessário definir o público-alvo, número de participantes, forma de divulgação, conteúdo programático, carga-horária e dinâmica a ser utilizada.

Os insumos são os bens e serviços necessários à execução das metas. Eles deverão ser relacionados imediatamente após a descrição da metodologia da respectiva meta, juntamente com a justificativa de sua necessidade e importância. Na descrição dos insumos, atentar para o seguinte:

- no caso de aquisição de passagens, será necessário informar a quantidade, a origem e o destino da viagem;
- no caso de contratação de "Serviços de Terceiros – Pessoa Física ou Jurídica", caracterizar cada contrato por sua referência, conforme Quadro 9 deste manual.

5.4 Avaliação de Riscos

Este campo visa fornecer informações sobre os possíveis riscos à execução do projeto, sua importância e possíveis estratégias para minimizá-los.

Cabe destacar que a existência de um risco não é um aspecto negativo ou uma fragilidade do projeto, mas sim uma característica existente em todos os projetos. Contudo, não detectá-los pode determinar uma série de problemas na execução do projeto e ainda, a não obtenção dos resultados esperados.

Desta forma, neste campo deverão ser avaliados todos os possíveis riscos existentes durante a execução do projeto, seu grau de importância e possíveis estratégias para minimizá-los ou, caso ocorram, possíveis alternativas. No quadro abaixo, segue um projeto de estruturação e avaliação dos riscos.

Riscos Identificados	Interferência provocada na ocorrência do risco	Positiva ou Negativa		Relevância*			Potencial de ocorrência*			Estratégia para minimizá-los
		P	N	B	M	A	B	M	A	

*Baixa/Média/Alta

Esta análise deverá ter como base os diagnósticos preliminares e manter correlação com a metodologia e com o monitoramento dos resultados, de forma que seja possível identificar previamente os problemas que estão em eminência e, ainda, se existem técnicas e insumos adequados para minimizá-los.

5.5 Estratégias de continuidade

Identificar as estratégias previstas para assegurar a continuidade das ações após a execução do projeto baseando-se nos diagnósticos preliminares e na análise de riscos.

Apresentar plano de continuidade das ações após a execução do projeto, onde beneficiários diretos e parceiros no projeto possam negociar: (a) as circunstâncias para o término do projeto, e (b) estratégias de dissolução ou transferência de cargos e responsabilidades de parceiros externos para os beneficiários diretos e instituições locais.

6. EQUIPE TÉCNICA

Quadro 03 - Equipe Técnica

O quadro "Equipe Técnica" deverá ser preenchido com informações sobre os profissionais que desempenharão funções técnicas no projeto. Não se deve, nesse espaço, relacionar os profissionais de apoio, tais como: motoristas, secretárias, operários, entre outros.

Seu preenchimento será feito de acordo com a seguinte estrutura:

Coluna Nome do Profissional: informar o nome completo dos profissionais vinculados à instituição proponente ou às parceiras, e também daqueles que exercerão trabalho técnico voluntário. Os profissionais técnicos prestadores de serviço a serem contratados deverão ser identificados somente por sua habilitação (ex.: biólogo, antropólogo, engenheiro florestal, etc.), seguida da expressão “a contratar”.

Coluna Função no Projeto: informar a função que cada técnico da equipe desempenhará no projeto.

Coluna Dedicção: informar o montante de horas de serviço dedicadas pelos técnicos ao projeto.

Coluna Instituição Empregadora: informar a instituição com a qual o técnico mantém vínculo empregatício. No caso de profissionais técnicos prestadores de serviços, identificar com a palavra “autônomo”. Quanto aos executores de serviços voluntários, identificar com a palavra “voluntário”.

Coluna Fonte Pagadora: informar a origem do recurso (FNMA ou CP) que financiará o serviço do técnico em questão. Os serviços voluntários deverão ser identificados como contrapartida (CP).

Quadro 03 - Equipe Técnica

Nome do Profissional	Função no Projeto	Dedicção (horas)	Instituição Empregadora	Fonte Pagadora
1 -	Coordenador			

Quadro 04 - Curriculum Vitae Resumido

Os currículos dos profissionais integrantes da equipe técnica, vinculados à instituição proponente ou às parceiras, ou que exercerão trabalho voluntário, deverão ser apresentados conforme o padrão do quadro "Curriculum Vitae Resumido", cujo modelo integra este Roteiro.

Deverá ser informado no “Curriculum Vitae Resumido” dos técnicos extensionistas se possuem ou não habilitação para assinar projetos de crédito.

O perfil mínimo exigido para a coordenação do projeto envolve:

- experiência na coordenação de projetos multidisciplinares e multiinstitucionais;
- conhecimentos específicos desejáveis em silvicultura de espécies nativas e exóticas e sistemas agroflorestais;
- experiência em assistência técnica e extensão rural.

Quadro 04: Curriculum Vitae Resumido

Nome:	
Endereço para correspondência:	
Telefone:	Correio eletrônico:
Formação profissional (indicar o título obtido, o nome da instituição concedente e a data de obtenção, iniciando pelo mais recente)	
Síntese da experiência profissional relacionada ao projeto (descrever, de forma sucinta, iniciando pela experiência mais recente). Informar se possui habilitação para assinar projetos de crédito.	
Declaro ter ciência da totalidade do projeto, e expresso a concordância em integrar sua equipe técnica.	
Local, data e assinatura.	

Quadro 05 – Referência de Serviços a Contratar

No caso de contratação de Serviços de Terceiros – Pessoa Física ou Jurídica, caracterizar cada contrato por sua referência, constando as seguintes informações:

Descrição do Serviço: descrever o serviço a ser realizado.

Produtos: informar os produtos resultantes da prestação de serviço.

Duração: informar o tempo de duração do serviço a ser realizado.

Valor: informar o custo estimado da prestação de serviço.

Habilitação: informar a habilitação e/ou experiência mínima desejada do prestador de serviço.

Quadro 05 – Referência de Serviços a Contratar

Descrição do Serviço:
Produtos:
Duração:
Valor:
Habilitação:

7. PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA

O quadro Programação da Execução Física tem por finalidade demonstrar a cronologia da execução física do projeto, que será estruturada por meta e por atividade componente⁶.

O preenchimento desse quadro será feito de acordo com a seguinte estruturação:

Quadro 06 - Programação da Execução Física

Coluna Nº: informar a numeração seqüencial das metas, em itens, e das atividades subordinadas, em subitens.

Coluna Metas e Atividades: relacionar as metas previstas e as atividades a elas subordinadas.

Coluna Resultados – Unidade de Medida e Quantidade: informar os resultados a serem obtidos com a realização das metas e das atividades, apresentando a unidade de medida característica e a quantidade.

Cronograma Bimestral de Execução Física: informar o período em que as metas previstas e as atividades a elas subordinadas serão desenvolvidas, preenchendo com um “X”, ou com outra forma de destaque, as respectivas quadrículas.

⁶ O arquivo Edital FNMA 01-2002, formato MS Excel, pode ser obtido na página eletrônica do Fundo Nacional do Meio Ambiente, no endereço <http://www.mma.gov.br/fnma>, e contém as seguintes planilhas: Prog. Execução Física, Prog. Orçam. Meta 1 a 10, Consol. Prog. Orçam., Det. Item Orçam. e Det. Contrapartida, referentes à série de quadros descritos a seguir. Tais planilhas serão parte integrante da proposta e encontram-se protegidas, permitindo o acesso do usuário somente aos campos solicitados a preencher. Sendo assim, não devem sofrer alterações em sua configuração **em hipótese alguma**, sob risco de nulidade da informação por inconsistência e conseqüente inabilitação da proposta. Exceção feita à planilha Prog. Execução Física

A planilha eletrônica referente a este quadro encontra-se desprotegida, podendo sofrer inclusão de linhas, tantas quantas forem necessárias ao detalhamento de metas e atividades pertinentes ao projeto.

Quadro 06 - Programação da Execução Física

N.º	Metas e Atividades	Resultados		Cronograma Bimestral de Execução Física											
		Unidade de Medida	Quantidade	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
1															
1.1															

Quadro 06 - Programação da Execução Física

N.º	Metas e Atividades	Resultados		Cronograma Bimestral de Execução Física											
		Unidade de Medida	Quantidade	13º	14	15º	16º	17º	18º	19º	20º	21º	22º	23º	24º
1															
1.1															

8. ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

O orçamento, assim como o detalhamento técnico do projeto, deverá ser estruturado por metas e refletir a programação de execução financeira.

Será representado por quatro quadros: Programação Orçamentária por Meta, Consolidação da Programação Orçamentária, Detalhamento dos Itens do Orçamento e Discriminação da Contrapartida, cujos modelos integram este Roteiro e encontram-se contidos no arquivo Planilha Edital FNMA nº 01/2002, referido anteriormente.

Seu detalhamento consistirá em expor, por elemento de despesa, os itens orçamentários que o constituem e o seu programa de execução financeira, em conformidade com a respectiva cronologia de execução física e com a origem dos recursos.

Tabela 1 – Classificação das Despesas

DESPESAS CORRENTES	
Elementos de Despesas	Descrição
Pessoal	Despesa com vencimentos/salário de pessoal com vínculo empregatício na instituição proponente (somente contrapartida).
Diárias*	Despesas eventuais com alimentação, pousada e locomoção urbana de funcionário da instituição proponente, parceira ou convidados que se deslocar para outro município, a serviço do projeto.
Material de Consumo	Qualquer material de uso não duradouro a ser utilizado no projeto. Também são considerados ferramentas agrícolas e outros utensílios que sofrem desgaste acelerado em função de seu uso.
Passagens e Despesas com Locomoção	Despesas com aquisição de passagens (aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas), taxas de embarque, seguros, fretamentos, locação ou uso de veículos para transporte de pessoas e suas respectivas bagagens.

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa física, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; diaristas, monitores diretamente contratados; locação de imóveis; e outras despesas diretamente à pessoa física. Despesas decorrentes de contratos com pessoas físicas, prestadoras de serviços nas áreas de consultorias técnicas ou financeiras.
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Despesas de serviços prestados por pessoas jurídicas, despesas de INSS, serviços de pessoal das instituições parceiras, cessão de equipamentos e instalações colocadas à disposição pela proponente ou parceiras como contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis. Despesas decorrentes de contratos com pessoas jurídicas, prestadoras de serviços nas áreas de consultorias técnicas ou financeiras.
Obrigações Tributárias e Contributivas**	Despesas decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas.
DESPESAS CAPITAL	
Elementos de Despesas	Descrição
Obras e Instalações	Obras e instalações permanentes a serem realizadas na execução do projeto.
Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos e materiais permanentes a serem adquiridos para realizar o projeto.

*Não confundir com pagamentos a prestadores de serviços “diaristas”, os quais devem ser relacionados no elemento de despesa “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física”.

** Envolve provisionamento de recursos necessários ao pagamento de encargos decorrentes da contratação de serviços de pessoa física.

Os recursos orçamentários terão por origem o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e a Contrapartida (CP).

Quadro 07 - Programação Orçamentária por Meta

O quadro Programação Orçamentária por Meta é composto por duas seções distintas, porém correlacionadas: o Detalhamento Orçamentário e o Cronograma Bimestral de Execução Financeira.

O Detalhamento Orçamentário consiste na relação dos diversos itens componentes do orçamento da meta, classificados por elemento de despesa.

O Cronograma Bimestral de Execução Financeira representa a cronologia de execução financeira da meta, segundo os diversos elementos de despesa e origens de recurso. Seu preenchimento será feito conforme a planilha específica, de acordo com a seguinte estrutura:

Campo Meta: especificar a meta a que se refere a programação orçamentária.

Campo Atividades: informar, de forma sintética, as atividades subordinadas à meta especificada.

Seção Detalhamento Orçamentário: relacionar os itens que compõem o orçamento da meta, conforme o elemento de despesa. Em se tratando de material de consumo, equipamentos ou material permanente, agrupar os itens de menor custo ou significância em itens genéricos, de acordo com sua função ou finalidade (ex.: material de escritório, em vez de pastas, canetas, papel, etc.). Esses itens genéricos serão discriminados posteriormente no quadro “Detalhamento dos Itens do Orçamento”.

Coluna Nº: informar a numeração sequencial de cada item especificado.

Coluna Especificação do Item Orçamentário: especificar, de forma objetiva, o item orçamentário.

Coluna FNMA/CP: informar a origem (FNMA ou CP) do recurso disponível para o financiamento do item descrito. Caso um mesmo item seja financiado por mais de uma fonte, informá-lo em duas linhas distintas, definindo, em cada uma delas, as referidas parcelas de recursos e de origem.

Colunas Unidade de Medida e Quantidade: informar a unidade de medida característica do item descrito e a quantidade a ser utilizada.

Colunas Custo Unitário e Custo Total: informar o custo unitário do item descrito e seu produto, pela quantidade especificada.

Seção Cronograma Bimestral de Execução Financeira: informar a cronologia da execução financeira por meta, totalizada por elemento de despesa, por origem de recurso e por bimestre. Em se tratando de valores fracionários, seja relativo à “Quantidade” (centésimos), quanto ao “Valor Unitário” (centavos), assumir composição de forma que o produto de ambos (ou “Custo Total”) resulte em valor inteiro de Real. À exceção do “Valor Unitário”, se for este o caso, todos os demais valores deverão ser expressos em números inteiros (unidades de Real).

Meta:

[illegible]

Meta:

Atividades:

R\$1,00

Detalhamento Orçamentário							Cronograma Bimestral de Execução Financeira													
Nº	Especificação do Item Orçamentário	Recurso	Unidade de Medida	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total	Recurso	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	Total
							Pessoal													
							CP													
							Subtotal													
	Subtotal																			
							Diárias													
							FNMA													
							CP													
							Subtotal													
	Subtotal																			
							Material de Consumo													
							FNMA													
							CP													
							Subtotal													
	Subtotal																			
							Passagens/Despesas com Locomoção													
							FNMA													
							CP													
							Subtotal													
	Subtotal																			
							Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física													
							FNMA													
							CP													
							Subtotal													
	Subtotal																			
							Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica													
							FNMA													
							CP													
							Subtotal													
	Subtotal																			
							Obrigações Tributárias e Contributivas													
							FNMA													
							CP													
							Subtotal													
	Subtotal																			
							Equipamentos/Material Permanente													
							FNMA													
							CP													
							Subtotal													
	Subtotal																			
							Total da Meta													
							FNMA													
							CP													
							Total													
	Total																			

O quadro Consolidação da Programação Orçamentária é a síntese da execução financeira do projeto. Trata da totalização dos quadros Programações Orçamentárias por Meta, segundo os elementos de despesa, as origens de recurso e a cronologia de execução financeira. Seu preenchimento, na planilha eletrônica, é automático.

Quadro 08 - Consolidação da Programação Orçamentária

R\$ 1,00

[illegible]

R\$ 1,00

[illegible]

Coluna Nº: informar a numeração seqüencial de cada item especificado.

Coluna Especificação do Item Orçamentário: especificar o bem ou o serviço, conforme apresentado no detalhamento orçamentário por meta.

Coluna Valor: informar o valor do bem ou o serviço descrito.

A diferença entre o total geral da contrapartida oferecida e o total do quadro Discriminação da Contrapartida será considerada como "Contrapartida Oferecida em Recursos Financeiros".

R\$ 1,00

[illegible]

ANEXOS**ANEXO I – CARACTERÍSTICAS PARA ENQUADRAMENTO DOS AGRICULTORES NOS GRUPOS “C” E “D” DO PRONAF**

Os beneficiados pelos serviços de ATER a ser fomentado por este edital deverão ser agricultores familiares e trabalhadores rurais enquadrados nos Grupos C e D do PRONAF, que:

- explorem parcela de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, ou concessionários do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- residem na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos;
- não dispõem, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
- obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar oriunda da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- utilizam o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso de ajuda eventual de terceiros quando a natureza sazonal da atividade o exigir;
- renda bruta anual familiar de R\$1.500,00 até R\$ 30.000,00.

São também considerados beneficiários do crédito PRONAF:

I – pescadores artesanais que:

- a. se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;
- b. formalizem contrato de garantia de compra do pescado com cooperativas, colônias de pescadores ou empresas que beneficiem o produto.

II – extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;

III – silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

IV - aqüicultores que:

- a. se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida;
- b. explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;
- c. de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada.

Para efeito de enquadramento nos Grupos "C" e "D", deve ser rebatida em:

- a. 50% (cinquenta por cento) a renda bruta proveniente das atividades de avicultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura;
- b. 70 % (setenta por cento) a renda bruta proveniente das atividades de avicultura e suinocultura desenvolvidas em regime de parceria ou integração com agroindústrias.

ANEXO II – PORTFÓLIO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

O portfólio visa a caracterização das atividades desenvolvidas⁷ pela instituição proponente, fornecendo elementos para um adequado entendimento da esfera de atuação, principalmente no que se refere ao projeto a ser apresentado. Para tanto, faz-se necessário a apresentação das seguintes informações:

- missão, finalidade e objetivos estratégicos da Instituição;
- infra-estrutura disponível;
- tempo de existência e o período de tempo em que vem trabalhando com projetos na área ambiental assim como suas principais realizações nessa área. Destacar também a experiência de trabalho em mobilização social e em planejamento participativo;
- interação com outras instituições atuantes na região foco;
- principais atividades desenvolvidas nos últimos três (03) anos, identificando fontes de apoio técnico e/ou financeiro recebidas para implementação do projeto, montantes envolvidos e principais resultados alcançados;
- parcerias, convênios (ou similares) realizados para a orientação de instituições na execução de projetos de desenvolvimento local conjugados o projeto de conservação ambiental.

Ao *Portfolio* poderão ser anexadas fotos, publicações ou outros documentos produzidos pela Instituição Proponente que contribuam para avaliação de sua performance na região em questão.

⁷ A experiência das instituições proponente e parceiras será objeto de avaliação durante o processo de seleção das propostas

ANEXO III – DIAGNÓSTICOS SOLICITADOS

Os **diagnósticos preliminares** visam o conhecimento das dimensões e características da região onde se desenvolverá o projeto, permitindo, desta forma que o conjunto institucional formado por proponente e parceiras tenham subsídios sobre a realidade na qual pretendem intervir. Solicita-se a apresentação dos diagnósticos de forma separada, identificando-os pelo título.

1 – Da área de abrangência do projeto:

O diagnóstico preliminar da área de abrangência do projeto visa o conhecimento de suas dimensões e características, de modo que as instituições proponente e parceiras tenham subsídios sobre a realidade na qual pretendem intervir:

- Descrever a área de abrangência do projeto, principais ecossistemas existentes, nome da região e dos municípios envolvidos no projeto.
- fisionomia da cobertura Vegetal;
- caracterização edafo-climática da região;
- descrição topográfica e hidrográfica da região;
- Informar a existência de programas e projetos em execução na área de abrangência do projeto que possam ser articuladas às ações do projeto.

2 – Situação da agricultura familiar na área de abrangência do projeto:

- histórico e caracterização do uso do solo;
- índices de produtividade;
- principais produtos comercializados
- área média das propriedades;
- levantamento do número de agricultores familiares que se enquadram nas categorias C e D definidas pelo PRONAF;

3 – Disponibilidade de sementes e mudas na região de abrangência do projeto:

- disponibilidade de sementes florestais nativas (fornecedores, diversidade de espécies, quantidades);
- disponibilidade e localização de viveiros na região e seus respectivos potenciais de produção de mudas florestais;
- diversidade de mudas de espécies exóticas e nativas com potencial de utilização pelos agricultores familiares disponíveis no mercado;
- levantamento do valor de mercado das mudas florestais ofertadas;
- levantamento do custo médio de transporte das mudas florestais do local de produção ao campo;
- apresentar estratégias de superação em face de uma possível escassez de oferta de mudas e sementes florestais e apresentar viabilidade econômica das estratégias adotadas;

4 – Mercado de produtos madeireiros e agroflorestais na área de abrangência do projeto:

- levantamento da demanda por produtos florestais e agroflorestais;
- levantamento da oferta de produtos florestais e agroflorestais;

5 – Situação de Regularização Florestal da área de abrangência do projeto:

- levantamento da Legislação Florestal Estadual vigente e procedimentos necessários para a regularização florestal das propriedades beneficiadas.
- avaliação de dificuldades institucionais para execução do projeto;
- levantamento ou estimativa das áreas de Reserva Legal averbadas;
- verificação da existência de órgãos ou instituições vinculados ao Meio Ambiente com atribuição para atestar a regularidade das áreas de Reserva Legal;
- levantamento detalhado do custo médio para regularização de uma propriedade rural;
- levantamento da situação ambiental das Áreas de Preservação Permanente e da “situação legal” Reserva Legal;
- relatório detalhado dos remanescentes florestais nativos da região (área, estágio de sucessão, degradação e as principais espécies de ocorrência);
- estimativa do número de propriedades passíveis de regularização florestal.

Obs: Todos diagnósticos deverão incluir dados quantitativos e qualitativos, se possível com as respectivas referências (bibliografia e outras fontes de informação sobre os dados descritos), assim como a apresentação de informações que permitam sua contextualização no âmbito local, regional ou nacional.

ANEXO IV – ESTRATÉGIAS ESPERADAS**1 – Divulgação do convênio e sensibilização do público-alvo em participar do projeto:**

- a) Avaliar o potencial de participação de agricultores familiares no projeto, apresentando um provável número de beneficiários;
- b) Divulgar o PRONAF FLORESTAL e o trabalho de ATER a ser executado pelo projeto por meio de folders e cartazes. Este material deverá ser distribuído às comunidades rurais em visitas itinerantes com o intuito de conscientizar a população local sobre o programa e despertá-las para a importância dos recursos florestais como alternativa de renda;
- c) Divulgar o projeto na mídia local/regional nos programas de maior audiência de trabalhadores e trabalhadoras rurais;
- d) Promover encontros, reuniões e palestras com a participação de sindicatos, associações e cooperativas de produtores rurais divulgando o projeto, abordando questões sobre a importância dos recursos florestais como alternativa de renda e cadastrando potenciais beneficiários;

2 – Promoção de assistência técnica aos agricultores beneficiados:

A promoção de ATER aos agricultores deve ser orientada à formulação e implementação de projetos para financiamento do PRONAF FLORESTAL, considerando a propriedade rural de forma integrada. Para tanto, os projetos deverão promover:

- a) cursos de nivelamento para atender aos critérios de elegibilidade dos grupos C e D do PRONAF FLORESTAL;
- b) cursos para explicação dos instrumentos de crédito do PRONAF FLORESTAL (financiamento de projetos, bolsa-verde e construção de fossas sépticas);
- c) apresentar minuta do termo de compromisso a ser assinado entre as partes (ATER e agricultor) quando da autorização da liberação de crédito, indicando claramente as responsabilidades existentes na implantação e condução dos plantios;
- d) assessoria para o desenvolvimento de projetos, de forma participativa e de acordo com as normas do PRONAF, nas seguintes categorias: sistemas agroflorestais, silvicultura com espécies nativas e silvicultura com espécies exóticas. Estes projetos deverão seguir os seguintes critérios:

I) Projetos para financiamento de sistemas agroflorestais:

- implantar em qualquer área da propriedade excluindo-se as Áreas de Preservação Permanente;
- não serão permitidos consórcios agropastoris ou silvipastoris em Reserva Legal;
- incluir de no mínimo duas espécies com potencial de exploração econômica e diversidade mínima de 6 (seis) espécies florestais;
- selecionar as espécies de forma conjunta com os agricultores familiares e de acordo com a finalidade do plantio;

- que no mínimo 50% dos indivíduos plantados sejam de espécies nativas;
- considerar o processo sucessional deverá ser considerado na escolha e combinação das espécies, assim como a compatibilidade entre estas, evitando relações de alelopatia e de competição por luz, água e nutrientes;
- utilizar de espécies adaptadas às condições edafo-climáticas da região, selecionando-as de forma conjunta com os agricultores familiares;
- considerar a necessidade de implantação de manutenção de construção de aceiros para evitar queimadas e incêndios;

II) Projetos para financiamento de silvicultura com espécies nativas:

- implantar em qualquer área da propriedade, com limitação de corte nas áreas de Reserva Legal e proibição de corte em áreas de Preservação Permanente, previstas na Lei nº 4.771/65 - Código Florestal;
- utilizar espaçamentos adequados de acordo com a qualidade do sítio e exigências fisiológicas da espécie;
- selecionar as espécies de forma conjunta com os agricultores familiares e de acordo com a finalidade do plantio;
- incentivar a utilização de produtos não madeireiros;
- utilizar no mínimo 3 espécies arbóreas nativas, diminuindo o risco de pragas e doenças frequentes em monoculturas e assegurando a rentabilidade do investimento;
- considerar a necessidade de implantação e manutenção de aceiros para evitar queimadas e incêndios.
- para projetos de reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente, deverão ser seguidos os seguintes critérios:
 - utilizar um número mínimo de 30 espécies nativas;
 - utilizar-se de pelo menos 20% de espécies nativas ameaçadas de extinção, permitindo-se sua introdução num enriquecimento posterior ao plantio;
 - utilizar, preferencialmente, mudas produzidas com sementes selecionadas procedentes da região de abrangência do projeto;
 - o processo sucessional deverá ser considerado na escolha e combinação das espécies;

III) Projetos para financiamento de silvicultura com espécies exóticas:

- implantação em qualquer área da propriedade, excetuando as áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente;
- utilizar espaçamentos adequados de acordo com a qualidade do sítio e finalidade de uso da madeira;
- promover práticas de desbaste visando a obtenção de toras com maior incremento diamétrico dos indivíduos remanescentes, quando o objetivo for de obter madeira para serraria ou construção;

- promover práticas de desrama artificial (poda) nos dois primeiros anos, visando a obtenção de madeira isentas de nodosidades, agregando valor ao produto final;
- selecionar espécies com valor agregado e de fácil comercialização.

3 – Acompanhamento e monitoramento das áreas implantadas e do projeto:

- a) Utilizar-se de metodologias participativas que possibilitem ao produtor entender, identificar e utilizar métodos para verificação do desenvolvimento das áreas implantadas;
- b) Prever atividades mínimas para a manutenção das plantas no reflorestamento, ou seja: no mínimo três coroamentos nos dois primeiros anos, adubação complementar no segundo ano se necessário, monitoramento e controle de formigas e cupins e construção de aceiros para evitar queimadas e incêndios;
- c) Apresentar indicadores de monitoramento ecológico das áreas implantadas, como por exemplo:
 - taxa de mortalidade de plantas;
 - desenvolvimento das plantas (diâmetro e/ou altura);
 - adaptabilidade das diferentes espécies implantadas;
 - taxa de regeneração natural;
 - incremento do banco de semente.
- d) Apresentar indicadores de sustentabilidade econômicos e sociais, como por exemplo:
 - número de envolvidos e postos de trabalho;
 - diversificação da atividade econômica;
 - atração de empresas consumidoras de produtos florestais.

4 – Adequação ambiental das propriedades atendidas:

- a) A partir dos dados levantados no Diagnóstico da Situação de Regularização Florestal da Área de Abrangência do Projeto, apresentar estratégias para regularização e recuperação das propriedades beneficiadas.

5 – Capacitação de beneficiários em implantação, no monitoramento e no manejo de áreas reflorestadas e agroflorestais:

- a) Apresentar um Plano de Capacitação com objetivos gerais e específicos, definição do público-alvo, referencial metodológico (metodologia e insumos) e conteúdo programático;
- b) Deverão ser adotadas metodologias participativas de capacitação, incluindo visitas monitoradas, dias de campo e monitoramento participativo;
- c) Deverão ser desenvolvidas metodologias de acompanhamento que permitam aos beneficiários monitorarem suas áreas implantadas e avaliarem o desenvolvimento das plantas;
- d) O conteúdo programático da capacitação deverá, obrigatoriamente, abordar questões sobre legislação florestal e implantação, manutenção e manejo de áreas florestais e agroflorestais.

6 – Avaliação dos resultados obtidos pelo fomento e assessoria florestal:

- a) Oferecer espaços para que os produtores avaliem a assistência recebida e os benefícios gerados pelo projeto;
- b) Apresentar metodologia para realização de levantamentos quantitativo e qualitativo das áreas atendidas pela assistência rural;
- c) Apresentar metodologia para avaliar o incremento da regularização florestal das propriedades atendidas;
- d) Apresentar metodologia para avaliar o incremento de renda promovido pela ação PRONAF Florestal;
- e) Apresentar metodologia para avaliar a expansão do mercado florestal na área de abrangência do projeto.

7 – Divulgação dos resultados do projeto:

- a) Apresentar um Plano de Divulgação com detalhamento metodológico e orçamentário dos resultados do projeto:
 - a divulgação deverá ter como meta atingir as instituições e organizações voltadas para o desenvolvimento rural e população em geral, buscando a sensibilização frente à questão ambiental, social e econômica local/regional e o potencial de contribuição da silvicultura e do sistema agroflorestal para a recuperação de áreas degradadas, inserção do elemento arbóreo nas propriedades e geração de emprego e renda;
 - deverá ser usada a mídia local/regional com menor relação custo/benefício e maior eficiência para difusão do projeto;
 - deverá estar previsto ao menos dois workshops que discutam, entre outros assuntos, a assistência técnica agrícola e florestal na área de abrangência do projeto;
 - a estratégia de divulgação do projeto deverá ser apresentada com devido detalhamento metodológico e orçamentário.

ANEXO V – PORTARIA INTERMINISTERIAL**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 12, DE 23 DE AGOSTO DE 2002**

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO e o MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição;

Considerando a necessidade de estabelecer critérios de seleção e divulgar a classificação das áreas prioritárias e dos municípios elegíveis no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, instituído pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001 e do Programa Nacional de Florestas-PNF, instituído pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000.

Considerando a necessidade urgente em desenvolver ações visando a recuperação e a conservação da biodiversidade de áreas prioritárias da Mata Atlântica;

Considerando a necessidade de se alcançar o desenvolvimento sustentável nessas áreas, privilegiando a relação homem e ambiente;

Considerando a representatividade e atuação desenvolvida pelos agricultores familiares na exploração agrícola nacional; e

Considerando a necessidade de fixar critérios para utilização de recursos financeiros pelos agricultores familiares em operações de crédito rural, bem como para as demais ações associadas, resolvem:

Art. 1º Definir como beneficiários da linha de crédito junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, instituído pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001 e do Programa Nacional de Florestas-PNF, instituído pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, os agricultores familiares cujos estabelecimentos produtivos estejam localizados em municípios selecionados de acordo com os critérios estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos serão alocados pelos Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente e destinar-se-ão à contratação de operações de crédito, prestação de assistência técnica, concessão de benefícios a título de bolsa de incentivo, construção de fossas sépticas e à implementação de demais ações necessárias no âmbito do PRONAF/PNF.

Art. 2º Os critérios de seleção dos municípios terão por base a biodiversidade e a concentração de familiares.

Art. 3º Os procedimentos para a seleção dos municípios são:

I - variável representativa da biodiversidade (V1), que deverá ser constituída dos seguintes itens:

- a) localização regional;
- b) manutenção de áreas de interesse ambiental;
- c) grau de ameaça decorrente da ação antrópica; e
- d) necessidade de recuperação da área.

II - variável representativa da agricultura familiar (V2), que deverá ser constituída dos seguintes itens:

a) número de estabelecimentos de agricultores familiares; e

b) área dos municípios localizados na área de ação da linha PRONAF/PNF.

§ 1º Ao item localização regional da variável (V1) deverá ser atribuído o valor um para os municípios localizados na Região Nordeste, tendo em vista a prioridade governamental no apoio àquela região, e zero para as demais regiões.

§ 2º Os demais itens da variável (V1) deverão ser extraídos do documento “Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas: Brasília, 2000, com adoção da seguinte escala de valoração para cada município:

ARGUMENTOS	SITUAÇÃO	PONTUAÇÃO
I. Manutenção de áreas de interesse ambiental	Alto interesse	1
	Médio Interesse	0,5
	Baixo Interesse	0
II. Grau de ameaça decorrente da ação antrópica	Alto grau de ocupação	1
	Médio Grau de Ocupação	0,5
	Baixo Grau de Ocupação	0
III. Necessidade de recuperação	Alto Grau de necessidade	1
	Médio Grau de Necessidade	0,5
	Baixo Grau de Necessidade	0

Art. 4º A valoração dos itens da variável (V2) deverá ser apurada diretamente do valor observado para cada item, de acordo com dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-FIBGE, para cada município, a saber:

I - número de estabelecimentos de agricultores familiares, expresso em unidades;

II - área dos municípios localizados na área de ação da linha PRONAF/PNF, expressa em quilômetros quadrados.

Art. 5º Os valores dos itens deverão ser consolidados por variável (V1) e (V2) e transformados em pontuação para cada município, obedecendo aos seguintes procedimentos:

I - variável V1: a pontuação deverá ser equivalente à soma dos valores apurados para cada um dos itens.

II - variável V2: a pontuação deverá ser equivalente à densidade da população de agricultores familiares em cada município, dada pela relação simples entre o número de estabelecimentos de agricultores familiares e a área dos respectivos municípios.

Art. 6º As pontuações individualizadas por variável - V1 e V2 - para cada município, deverão ser consolidadas por área prioritária que compõem as eco-regiões da Mata Atlântica, conforme estabelecido no documento referenciado no § 2º, do art. 3º desta Portaria.

Art. 7º Deverá ser consignado como elemento de consolidação a média aritmética simples da pontuação de cada variável (V1) e (V2) dos municípios que compõem uma dada área prioritária.

Art. 8º Após a consolidação da pontuação, deverão ser atribuídas pontuações classificatórias para cada uma das variáveis (V1) e (V2) estratificadas em intervalos da distribuição normal padronizada, atribuindo-se a seguinte escala de pontuação:

I - 5 pontos para aquelas pontuações que situem-se à direita do limite de pontuação correspondente a 80% da área sob a curva da distribuição normal;

II - 4 pontos para aquelas pontuações que sejam limitadas pelas pontuações que estabeleçam o intervalo entre 60% e 80% da área sob a curva da distribuição normal;

III - 3 pontos para aquelas pontuações que sejam limitadas pelas pontuações que estabeleçam o intervalo entre 40% e 60% da área sob a curva da distribuição normal;

IV - 2 pontos para aquelas pontuações que sejam limitadas pelas pontuações que estabeleçam o intervalo entre 20% e 40% da área sob a curva da distribuição normal; e

V - 1 ponto para aquelas áreas prioritárias cuja pontuação consolidada situe-se à esquerda do limite de pontuação correspondente a 20% da área sob a curva da distribuição normal.

Art. 9º A classificação das áreas prioritárias, ocorrerá a partir da apuração do somatório da pontuação classificatória das variáveis V1 e V2, por área prioritária, conforme estabelecido no artigo anterior, em ordem decrescente de pontuação.

Art. 10. A listagem dos municípios selecionados deverá ser elaborada a partir da classificação das áreas prioritárias, contendo:

I - relação dos municípios selecionados resultante da identificação dos municípios integrantes de cada uma das áreas prioritárias, considerada a respectiva ordem classificatória conforme estabelecida no artigo anterior;

II - pontuação classificatória da área prioritária; e

III - público-alvo potencial, constituído pelos agricultores enquadráveis nos Grupos ζC_{ζ} e ζD_{ζ} do PRONAF, quantificado a partir de dados da FIBGE.

Art. 11. Os Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente homologarão e publicarão a relação de municípios selecionados, resultante da aplicação dos critérios estabelecidos nesta Portaria.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

José Carlos Carvalho

Ministro de Estado do Meio Ambiente

José Abrão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

ANEXO VI-RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO POTENCIAL

EDITAL MDA / MMA Nº 2, DE 16 DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO e o MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tornam pública a homologação da listagem dos municípios selecionados que serão contemplados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, instituído pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001 e Programa Nacional de Florestas-PNF, instituído pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, nos termos da Portaria Interministerial nº 12, de 23 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de agosto de 2002.

Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	106 - Chapada Ibiapaba	8.400
UF	Município	Número de Agricultores
CE	Frecheirinha	109
CE	Ipueiras	817
CE	Croatá	240
CE	Graça	209
CE	Granja	405
CE	Guaraciaba do Norte	769
CE	Ibiapina	901
CE	Ipu	432
CE	Pires Ferreira	189
CE	Reritaba	292
CE	São Benedito	669
CE	Tianguá	1252
PI	Cocal	429
CE	Ubajara	745
CE	Viçosa do Ceará	860
CE	Mucambo	82
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	117 - Chapada do Araripe	1.829
UF	Município	Número de Agricultores
CE	Brejo Santo	689
CE	Jardim	691
CE	Porteiras	449
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	118 - Timbaúba/Mata do Estado	3.970
UF	Município	Número de Agricultores
PB	Mogeiro	187
PB	Itabaiana	118
PE	Vicência	136
PE	Timbaúba	208
PE	São Vicente Ferrer	156
PB	Salgado de São Félix	103
PB	Riachão do Bacamarte	3
PE	Orobó	717
PB	Natuba	170
PE	Bom Jardim	1026

PB	Itatuba	63
PE	Macaparana	72
PB	Fagundes	283
PE	Limoeiro	204
PE	Casinhas	347
PB	Ingá	82
PE	Machados	95
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	120 - Brejo de Triunfo	3.522
UF	Município	Número de Agricultores
PE	Serra Talhada	1003
PB	São José de Princesa	345
PE	Santa Cruz da Baixa Verde	460
PB	Princesa Isabel	333
PB	Manaíra	395
PE	Calumbi	70
PE	Flores	523
PE	Triunfo	393
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	125 - Brejo dos Cavalos	656
UF	Município	Número de Agricultores
PE	Altinho	656
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	131 - Quipapá/Água Preta	1.796
UF	Município	Número de Agricultores
AL	Santana do Mundaú	595
PE	Canhotinho	489
PE	Quipapá	178
AL	São José da Laje	88
PE	Palmeirina	446
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	136 - Quebrangulo-Bom Conselho	3.693
UF	Município	Número de Agricultores
PE	Terezinha	189
PE	Bom Conselho	701
AL	Chã Preta	187
PE	Correntes	625
AL	Estrela de Alagoas	286
PE	Lagoa do Ouro	557
AL	Palmeira dos Índios	786
AL	Quebrangulo	72
AL	Paulo Jacinto	135
AL	Viçosa	155
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	202 - Serra de Itabaiana e Matas de Areia Branca	3.678
UF	Município	Número de Agricultores
SE	Laranjeiras	38
SE	Itaporanga d'Ajuda	205
SE	Malhador	480
SE	Nossa Senhora do Socorro	45
SE	Riachuelo	16
SE	São Cristóvão	64
SE	Areia Branca	291
SE	Campo do Brito	881
SE	Itabaiana	1658

Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	203 - Restingas de Itaporanga e Estância	5.695
UF	Município	Número de Agricultores
SE	Pedrinhas	140
SE	Santa Luzia do Itanhy	294
SE	Salgado	656
SE	Boquim	338
SE	Riachão do Dantas	530
SE	Araúá	305
SE	Lagarto	2056
SE	Umbaúba	416
SE	Indiaroba	424
SE	Estância	536
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	206 - Recôncavo baiano e Baía de Todos os Santos	4.240
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Salinas da Margarida	2
BA	São Félix	472
BA	Nazaré	113
BA	Saubara	17
BA	Maragogipe	706
BA	Laje	620
BA	Santo Amaro	194
BA	Aratuípe	337
BA	Vera Cruz	20
BA	Valença	975
BA	Cachoeira	663
BA	Jaguaripe	121
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
10	207 - Serra da Jibóia	1.374
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Elísio Medrado	240
BA	Amargosa	355
BA	Santa Teresinha	266
BA	São Miguel das Matas	513
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	102 - Serra de Uruburetama	1.945
UF	Município	Número de Agricultores
CE	Tejuçuoca	137
CE	Umirim	121
CE	Miraíma	76
CE	Itapagé	395
CE	Tururu	112
CE	Uruburetama	382
CE	Irauçuba	254
CE	Amontada	468
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	114 - Areia	3.638
UF	Município	Número de Agricultores
PB	Alagoa Grande	220
PB	Solânea	409
PB	Serra Redonda	141
PB	Mulungu	122
PB	Massaranduba	438

PB	Juarez Távora	90
PB	Cuitegi	49
PB	Borborema	88
PB	Pilões	118
PB	Areia	211
PB	Arara	134
PB	Alagoinha	207
PB	Alagoa Nova	387
PB	Casserengue	259
PB	Serraria	317
PB	Matinhas	448
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	119 - Abiaí / Goiana	3.457
UF	Município	Número de Agricultores
PE	Goiana	77
PE	Igarassu	119
PE	Itambé	43
PE	Itapissuma	11
PE	Itaquitinga	17
PE	Abreu e Lima	214
PB	Alhandra	256
PE	Camaragibe	7
PB	Pedras de Fogo	457
PE	Chã de Alegria	112
PB	Pitimbu	463
PE	Condado	99
PE	Aliança	43
PB	Caaporã	119
PE	Recife	17
PE	Paudalho	210
PE	Vitória de Santo Antão	646
PE	Araçoiaba	25
PB	Conde	120
PE	Nazaré da Mata	52
PE	Moreno	102
PE	Jaboatão dos Guararapes	149
PE	Tracunhaém	13
PE	Paulista	49
PE	São Lourenço da Mata	37
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	121 - Brejo de Taquaritinga	805
UF	Município	Número de Agricultores
PE	Taquaritinga do Norte	528
PE	Toritama	15
PE	Vertentes	262
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	123 - Brejo de Madre de Deus	2.887
UF	Município	Número de Agricultores
PE	Sanharó	380
PE	Pesqueira	729
PE	Jataúba	526
PE	Brejo da Madre de Deus	692
PE	Belo Jardim	560
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	200 - Reserva de Santa Isabel / Ponta dos Mangues	617

UF	Município	Número de Agricultores
SE	Brejo Grande	123
SE	Ilha das Flores	47
SE	Neópolis	247
SE	Pacatuba	200
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	201 - Santo Amaro das Brotas e Japarutuba	1.393
UF	Município	Número de Agricultores
SE	Japoatã	556
SE	Carmópolis	42
SE	Japarutuba	110
SE	Capela	294
SE	Pirambu	143
SE	Santo Amaro das Brotas	131
SE	Muribeca	80
SE	General Maynard	11
SE	São Francisco	26
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	208 - Wenceslau Guimarães	3.293
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Itaquara	148
BA	Ubaíra	1365
BA	Jaguaquara	1022
BA	Cravolândia	57
BA	Wenceslau Guimarães	700
BA	Santa Inês	1
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	229 - Caratinga - Estação Biológica Caratinga	2.010
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Simonésia	803
MG	Santana do Manhuaçu	288
MG	Santa Bárbara do Leste	265
MG	Caratinga	654
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	231 - Mata do Sossego	990
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Manhuaçu	717
MG	Caputira	273
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	240 - Região de Viçosa	6.295
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Coimbra	218
MG	Lamim	109
MG	Capela Nova	136
MG	Cipotânea	220
MG	Cajuri	105
MG	Rio Espera	328
MG	São Geraldo	166
MG	São Miguel do Anta	494
MG	Porto Firme	321
MG	Ponte Nova	160
MG	Piranga	305
MG	Senhora de Oliveira	228
MG	Paula Cândido	180

MG	Diogo de Vasconcelos	73
MG	Canaã	226
MG	Presidente Bernardes	126
MG	Guaraciaba	202
MG	Senador Firmino	207
MG	Teixeiras	191
MG	Dores do Turvo	191
MG	Divinésia	106
MG	Pedra do Anta	194
MG	Visconde do Rio Branco	256
MG	Amparo do Serra	124
MG	Alto Rio Doce	525
MG	Brás Pires	274
MG	Ubá	448
MG	Viçosa	182
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	241 - Serra das Cangalhas	1.329
UF	Município	Número de Agricultores
RJ	Varre-Sai	382
RJ	Porciúncula	622
ES	Guaçuí	101
ES	Divino de São Lourenço	140
ES	Dores do Rio Preto	84
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	246 - Praia das Neves-Maroba	1.167
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Marataízes	629
ES	Presidente Kennedy	538
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	322 - Vila Rica	7.181
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Japurá	510
PR	Peabiru	468
PR	Itambé	133
PR	São João do Ivaí	769
PR	Fênix	219
PR	Doutor Camargo	537
PR	Cianorte	701
PR	Barbosa Ferraz	606
PR	Ourizona	177
PR	Araruna	810
PR	São Carlos do Ivaí	113
PR	São Pedro do Ivaí	154
PR	São Tomé	302
PR	Tapejara	178
PR	Terra Boa	315
PR	Tuneiras do Oeste	643
PR	Jussara	315
PR	São Jorge do Ivaí	231
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	422 - Tijucas do Sul	3.339
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Mandirituba	428
PR	Agudos do Sul	435
PR	Quitandinha	909
PR	São José dos Pinhais	1107

PR	Tijucas do Sul	460
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	425 - Alto Itajaí	11.179
UF	Município	Número de Agricultores
SC	Witmarsum	532
SC	Rio do Campo	627
SC	Mirim Doce	205
SC	Monte Castelo	248
SC	Papanduva	794
SC	Mafra	1081
SC	Ponte Alta	183
SC	Ponte Alta do Norte	15
SC	Pouso Redondo	972
SC	Major Vieira	723
SC	Salete	432
SC	Santa Cecília	86
SC	Santa Terezinha	1255
SC	São Cristovão do Sul	49
SC	Vitor Meireles	677
SC	Itaiópolis	1278
SC	Dona Emma	421
SC	José Boiteux	427
SC	Taió	1174
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	426 - Serra do Tabuleiro e Ilhas Catarinenses	22.564
UF	Município	Número de Agricultores
SC	Chapadão do Lageado	468
SC	Rancho Queimado	294
SC	Indaial	822
SC	Ituporanga	1564
SC	Laguna	226
SC	Laurentino	310
SC	Leoberto Leal	693
SC	Lontras	491
SC	Major Gercino	325
SC	Nova Trento	426
SC	Palhoça	138
SC	Paulo Lopes	104
SC	Petrolândia	945
SC	Imbuia	716
SC	Presidente Nereu	299
SC	Rio Fortuna	491
SC	Rio do Sul	475
SC	Santa Rosa de Lima	192
SC	Santo Amaro da Imperatriz	376
SC	São Bonifácio	388
SC	São João Batista	342
SC	São José	40
SC	São Martinho	458
SC	São Pedro de Alcântara	155
SC	Tijucas	116
SC	Vidal Ramos	729
SC	Agronômica	439
SC	Botuverá	240
SC	Presidente Getúlio	950

SC	Armazém	518
SC	Águas Mornas	545
SC	Alfredo Wagner	1223
SC	Angelina	830
SC	Anitápolis	405
SC	Apiúna	515
SC	Ascurra	193
SC	Atalanta	485
SC	Aurora	777
SC	Biguaçu	340
SC	Blumenau	543
SC	Canelinha	157
SC	Florianópolis	56
SC	Ibirama	432
SC	Antônio Carlos	595
SC	Imbituba	144
SC	Garopaba	116
SC	Imaruí	724
SC	Guabiruba	157
SC	Gravatal	559
SC	Governador Celso Ramos	38
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	427 - Floresta de Planície Costeira	7.145
UF	Município	Número de Agricultores
SC	Criciúma	451
RS	Dom Pedro de Alcântara	185
RS	Arroio do Sal	24
SC	Entre Rios	282
SC	Içara	1238
RS	Cidreira	37
SC	Morro da Fumaça	155
RS	Capão da Canoa	16
RS	Osório	243
RS	Imbé	0
SC	Balneário Arroio do Silva	18
SC	Cocal do Sul	109
SC	Maracajá	221
SC	Treze de Maio	551
RS	Xangri-lá	6
RS	Tramandaí	36
RS	Torres	234
SC	Sombrio	573
SC	Sangão	240
SC	Balneário Gaivota	122
SC	Araranguá	1105
SC	Tubarão	780
SC	Pedras Grandes	519
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
9	508 - Planalto Leste SC/PR	2.384
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Rio Negro	557
SC	Campo Alegre	621
PR	Piên	700
SC	São Bento do Sul	349
SC	Rio Negrinho	157
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores

9	514 - Grande Região dos Aparados da Serra	16.686
UF	Município	Número de Agricultores
SC	Morro Grande	262
RS	Três Forquilhas	439
SC	Nova Veneza	374
RS	Três Cachoeiras	729
SC	Timbé do Sul	409
SC	Santa Rosa do Sul	782
RS	Cambará do Sul	183
RS	Caxias do Sul	2103
SC	Forquilha	439
SC	Grão Pará	546
SC	Jacinto Machado	1017
RS	Morrinhos do Sul	740
RS	Jaquirana	253
RS	Terra de Areia	830
SC	Treviso	60
SC	Braço do Norte	575
SC	Meleiro	581
RS	Maquiné	431
SC	Bom Jardim da Serra	219
SC	Siderópolis	206
RS	Mampituba	261
SC	Orleans	1210
SC	Urubici	579
SC	São Ludgero	306
SC	Lauro Muller	412
SC	Urussanga	382
RS	São José dos Ausentes	144
SC	São João do Sul	1003
SC	Rio Rufino	200
SC	Praia Grande	427
SC	Turvo	584
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	101 - Foz do Acaraú	1.292
UF	Município	Número de Agricultores
CE	Trairi	469
CE	São Gonçalo do Amarante	135
CE	Paracuru	223
CE	Paraipaba	465
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	103 - Serra da Meruoca	1.582
UF	Município	Número de Agricultores
CE	Sobral	616
CE	Moraújo	97
CE	Meruoca	171
CE	Massapê	390
CE	Coreaú	192
CE	Alcântaras	116
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	107 - Serra de Baturité	256
UF	Município	Número de Agricultores
CE	Palmácia	120
CE	Redenção	136
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores

8	108 - Baixo Jaguaribe	1.019
UF	Município	Número de Agricultores
CE	Beberibe	234
CE	Pindoretama	73
CE	Cascavel	246
CE	Aquiraz	413
CE	Fortim	53
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	112 - Serra de São Miguel	585
UF	Município	Número de Agricultores
RN	Umarizal	56
RN	Serrinha dos Pintos	75
RN	Viçosa	6
RN	Francisco Dantas	87
RN	Martins	89
RN	Pau dos Ferros	193
RN	Portalegre	79
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	129 - Complexo Catende	1.716
UF	Município	Número de Agricultores
PE	Palmares	76
PE	Belém de Maria	145
PE	Bonito	489
PE	Catende	19
AL	Colônia Leopoldina	95
AL	Ibateguara	230
PE	Xexéu	20
PE	Jaqueira	42
PE	Lagoa dos Gatos	303
PE	Maraial	106
PE	São Benedito do Sul	191
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	130 - Garanhuns	3.306
UF	Município	Número de Agricultores
PE	Paranatama	511
PE	Brejão	144
PE	Garanhuns	611
PE	Saloá	492
PE	São João	771
PE	Caetés	777
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	147 - Pico do Barbado	4.389
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Rio de Contas	500
BA	Abaíra	335
BA	Livramento de Nossa Senhora	1258
BA	Ituaçu	510
BA	Jussiape	374
BA	Dom Basílio	294
BA	Barra da Estiva	1118
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	233 - Faz. Pindobas IV e fragmentos de Afonso Cláudio	1.073
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Muniz Freire	534
ES	Conceição do Castelo	323

ES	Brejetuba	216
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	236 - Pedra Azul/Forno Grande	3.740
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Castelo	603
ES	Alfredo Chaves	683
ES	Vargem Alta	407
ES	Venda Nova do Imigrante	158
ES	Domingos Martins	1889
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	243 - Usina Paineiras	1.215
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Cachoeiro de Itapemirim	648
ES	Itapemirim	375
ES	Atilio Vivacqua	192
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	248 - Mata do Carvão - São Francisco do Itabapoana	1.016
UF	Município	Número de Agricultores
RJ	São Francisco de Itabapoana	1016
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	323 - Iguaçu	8.910
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Lindoeste	584
PR	Matelândia	623
PR	Santa Tereza do Oeste	186
PR	Santa Lúcia	403
PR	Foz do Iguaçu	113
PR	São Miguel do Iguaçu	1372
PR	Cascavel	1329
PR	Santa Terezinha de Itaipu	217
PR	Capanema	2026
PR	Céu Azul	567
PR	Capitão Leônidas Marques	827
PR	Serranópolis do Iguaçu	663
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	326 - Turvo	6.222
UF	Município	Número de Agricultores
RS	Barra do Guarita	313
RS	Derrubadas	799
RS	Esperança do Sul	911
SC	Itapiranga	1190
RS	Tenente Portela	1266
RS	Três Passos	1743
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	327 - Guarita	4.238
UF	Município	Número de Agricultores
RS	Trindade do Sul	745
RS	Gramado dos Loureiros	343
RS	Liberato Salzano	1131
RS	Nonoai	446
RS	Planalto	1084
RS	Rodeio Bonito	489
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	328 - Nonoai	4.979
UF	Município	Número de Agricultores

RS	Barão de Cotegipe	807
RS	Barra do Rio Azul	478
RS	Itatiba do Sul	907
RS	São Valentim	546
RS	Erval Grande	752
RS	Benjamin Constant do Sul	411
RS	Aratiba	1078
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	424 - Itapoá, Guaratuba	9.860
UF	Município	Número de Agricultores
SC	Timbó	459
PR	Pontal do Paraná	5
SC	Brusque	126
SC	Bombinhas	18
SC	Barra Velha	73
SC	Doutor Pedrinho	194
SC	Porto Belo	46
SC	Schroeder	264
SC	São João do Itaperiú	157
SC	São Francisco do Sul	23
SC	Balneário Camboriú	11
SC	Araquari	159
SC	Jaraguá do Sul	1052
SC	Rodeio	256
SC	Benedito Novo	475
PR	Guaratuba	116
PR	Morretes	407
PR	Matinhos	1
SC	Massaranduba	745
PR	Paranaguá	62
SC	Joinville	723
SC	Itapema	55
SC	Camboriú	105
SC	Ilhota	359
SC	Corupá	512
SC	Rio dos Cedros	523
SC	Piçarras	57
SC	Pomerode	933
SC	Guaramirim	472
SC	Gaspar	643
SC	Garuva	93
SC	Navegantes	88
SC	Itajaí	166
SC	Luiz Alves	482
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	503 - Nascentes do Rio Piquiri	8.666
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Turvo	588
PR	Boa Ventura de São Roque	558
PR	Campina do Simão	454
PR	Candói	925
PR	Foz do Jordão	116
PR	Goioxim	801
PR	Guarapuava	719
PR	Pinhão	1066
PR	Santa Maria do Oeste	1150

PR	Pitanga	2289
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	506 - São Mateus do Sul I	5.439
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Rebouças	866
PR	Fernandes Pinheiro	226
SC	Canoinhas	1288
PR	Antônio Olinto	586
PR	São Mateus do Sul	1405
SC	Três Barras	113
PR	São João do Triunfo	955
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	507 - Médio Rio Iguaçu e Guarapuava (PR, SC)	24.316
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Coronel Domingos Soares	453
PR	Irati	1882
PR	Mangueirinha	1052
PR	Honório Serpa	697
SC	Lindóia do Sul	565
SC	Jaguaruna	490
SC	Irineópolis	821
PR	General Carneiro	164
SC	Faxinal dos Guedes	287
PR	Cruz Machado	1908
SC	Irani	592
SC	Ouro Verde	341
SC	Matos Costa	99
PR	Inácio Martins	246
PR	Santa Maria do Oeste	1150
SC	Vargem Bonita	135
PR	Prudentópolis	4571
PR	Reserva do Iguaçu	176
PR	Palmas	87
SC	Macieira	166
PR	Porto Vitória	176
SC	Água Doce	319
SC	Porto União	782
SC	São Domingos	692
SC	Timbó Grande	137
SC	Treze Tílias	197
PR	União da Vitória	392
SC	Vargeão	247
SC	Abelardo Luz	818
PR	Bituruna	867
SC	Caçador	435
SC	Passo de Torres	107
SC	Passos Maia	175
PR	Civelândia	412
PR	Paula Freitas	380
PR	Rio Azul	1310
PR	Paulo Frontin	731
SC	Ponte Serrada	257
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	511 - Rio Pelotas	3.402
UF	Município	Número de Agricultores

RS	Lagoa Vermelha	925
SC	Anita Garibaldi	680
RS	Esmeralda	598
SC	Celso Ramos	437
RS	Barracão	557
RS	Muitos Capões	205
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	512 - Barracão	924
UF	Município	Número de Agricultores
SC	Cerro Negro	392
SC	Campo Belo do Sul	532
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
8	515 - Zona Tampão de Aparados da Serra	3.195
UF	Município	Número de Agricultores
RS	Canela	92
RS	Três Coroas	360
RS	Gramado	496
RS	Nova Petrópolis	983
RS	Santa Maria do Herval	688
RS	São Marcos	389
RS	Riozinho	187
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	100 - Camocim / Jericoacoara	693
UF	Município	Número de Agricultores
PI	Cajueiro da Praia	97
CE	Chaval	61
CE	Camocim	390
CE	Barroquinha	145
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	104 - Foz do Rio Ceará	269
UF	Município	Número de Agricultores
CE	Caucaia	154
CE	Eusébio	37
CE	Fortaleza	78
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	105 - Serra de Maranguape/Aratanha	472
UF	Município	Número de Agricultores
CE	Pacatuba	73
CE	Maranguape	314
CE	Guaiúba	73
CE	Maracanaú	12
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	110 - Quixadá/Estevão	2.028
UF	Município	Número de Agricultores
CE	Quixadá	628
CE	Jaguaretama	1068
CE	Banabuiú	332
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	113 - Mamanguape / Baía Formosa	781
UF	Município	Número de Agricultores
PB	Marcação	7
RN	Arês	57
RN	Senador Georgino Avelino	10
RN	Goianinha	24
PB	Mataraca	6

RN	Tibau do Sul	23
PB	Mamanguape	131
PB	Jacaraú	200
PB	Baía da Traição	57
RN	Baía Formosa	0
RN	Canguaretama	53
PB	Curral de Cima	48
RN	Espírito Santo	37
RN	Vila Flor	2
PB	Rio Tinto	126
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	115 - Mata de Santa Rita/Sapé	774
UF	Município	Número de Agricultores
PB	Sapé	139
PB	Sobrado	140
PB	Bayeux	10
PB	Capim	3
PB	Santa Rita	121
PB	Cruz do Espírito Santo	252
PB	João Pessoa	35
PB	São Miguel de Taipu	55
PB	Lucena	14
PB	Cabedelo	5
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	124 - Gurjaú / Camaçari	419
UF	Município	Número de Agricultores
PE	Cabo de Santo Agostinho	187
PE	Ipojuca	95
PE	Escada	137
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	132 - Novo Lino	76
UF	Município	Número de Agricultores
AL	Jundiá	10
AL	Novo Lino	48
AL	Matriz de Camaragibe	18
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	134 - Murici	735
UF	Município	Número de Agricultores
AL	União dos Palmares	576
AL	Murici	3
AL	Branquinha	21
AL	Flexeiras	24
AL	Joaquim Gomes	111
AL	Messias	0
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	135 - Região de Camaragibe	421
UF	Município	Número de Agricultores
AL	Porto de Pedras	20
AL	São Luís do Quitunde	137
AL	Porto Calvo	203
AL	Passo de Camaragibe	8
AL	São Miguel dos Milagres	11
AL	Japaratinga	41
AL	Barra de Santo Antônio	1
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	139 - Jequiá/Fazenda Matão	419

UF	Município	Número de Agricultores
AL	Campo Alegre	49
AL	Satuba	2
AL	Barra de São Miguel	1
AL	Coruripe	303
AL	Maceió	2
AL	Marechal Deodoro	7
AL	Pilar	35
AL	Rio Largo	1
AL	Roteiro	0
AL	São Miguel dos Campos	16
AL	Coqueiro Seco	3
AL	Santa Luzia do Norte	0
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	140 - Corrente	2.524
UF	Município	Número de Agricultores
PI	Curimatá	180
BA	Santa Rita de Cássia	359
BA	Pilão Arcado	697
PI	Parnaguá	110
PI	Morro Cabeça no Tempo	124
BA	Mansidão	374
PI	Júlio Borges	115
BA	Buritirama	391
PI	Avelino Lopes	174
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	141 - Piaçabuçu / Penedo	419
UF	Município	Número de Agricultores
AL	Feliz Deserto	71
AL	Penedo	247
AL	Piaçabuçu	101
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	144 - Lençóis/Andaraí	1.393
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Andaraí	451
BA	Palmeiras	187
BA	Mucugê	349
BA	Ibicoara	369
BA	Lençóis	37
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	145 - Caetités	4.976
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Tanque Novo	380
BA	Boquira	498
BA	Caetité	804
BA	Paramirim	738
BA	Caturama	323
BA	Érico Cardoso	179
BA	Igaporã	231
BA	Botuporã	494
BA	Macaúbas	1077
BA	Lagoa Real	252
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	148 - Palmas do Monte Alto	2.112
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Palmas do Monte Alto	352

BA	Bom Jesus da Lapa	483
BA	Malhada	202
BA	Serra do Ramalho	610
BA	Riacho de Santana	465
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	204 - Litoral Norte - Linha verde	1.557
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Rio Real	680
BA	Jandaíra	73
BA	Esplanada	221
BA	Entre Rios	137
SE	Cristinápolis	275
BA	Conde	153
BA	Cardeal da Silva	18
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	205 - Mata do Joanes ao Pojuca	1.002
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Lauro de Freitas	13
BA	Simões Filho	29
BA	Mata de São João	188
BA	Terra Nova	62
BA	Itanagra	16
BA	Catu	465
BA	Candeias	15
BA	Camaçari	24
BA	São Sebastião do Passé	190
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	210 - Ilhéus-Camamu-Valença	5.871
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Ibirataia	229
BA	Teolândia	417
BA	Nova Ibiá	222
BA	Piraí do Norte	449
BA	Presidente Tancredo Neves	707
BA	Taperoá	701
BA	Nilo Peçanha	243
BA	Maraú	556
BA	Ituberá	190
BA	Itajuípe	85
BA	Itacaré	334
BA	Igrapiúna	343
BA	Ibirapitanga	255
BA	Gongogi	10
BA	Gandu	139
BA	Camamu	513
BA	Cairu	31
BA	Barra do Rocha	33
BA	Aurelino Leal	49
BA	Uruçuca	50
BA	Ubatã	100
BA	Ubaitaba	20
BA	Ipiaú	195
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	211 - Boa Nova	2.129
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Jequié	798

BA	Dário Meira	164
BA	Boa Nova	162
BA	Poções	213
BA	Ibicuí	174
BA	Iguaí	433
BA	Itagi	83
BA	Itagibá	102
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	212 - Una-Canavieiras	1.862
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Camacan	70
BA	Mascote	55
BA	Canavieiras	157
BA	Arataca	83
BA	Ilhéus	719
BA	Una	615
BA	Santa Luzia	163
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	213 - Vitória da Conquista - Jordânia	2.482
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Maiquinique	50
BA	Vitória da Conquista	576
BA	Ribeirão do Largo	312
BA	Caatiba	208
MG	Bandeira	63
MG	Jordânia	202
BA	Itarantim	139
BA	Encruzilhada	339
BA	Barra do Choça	315
BA	Itambé	120
BA	Macarani	68
MG	Almenara	90
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	217 - Salto da Divisa	676
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Santo Antônio do Jacinto	154
MG	Santa Maria do Salto	70
MG	Salto da Divisa	19
BA	Eunápolis	49
MG	Jacinto	170
MG	Rubim	102
MG	Rio do Prado	93
BA	Itagimirim	19
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	219 - Parnas Monte Pascoal e Descobrimento	1.012
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Guaratinga	259
BA	Itabela	40
BA	Itamaraju	238
BA	Jucuruçu	233
BA	Porto Seguro	56
BA	Vereda	132
BA	Prado	54
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	220 - Caravelas	732

UF	Município	Número de Agricultores
BA	Nova Viçosa	168
BA	Caravelas	152
BA	Alcobaça	412
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	222 - Mucuri Médio e Baixo	270
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Mucuri	41
MG	Serra dos Aimorés	64
MG	Nanuque	165
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	230 - Região de Santa Teresa - Duas Bocas	4.123
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Santa Teresa	534
ES	Santa Maria de Jetibá	2569
ES	Santa Leopoldina	895
ES	Fundão	125
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	242 - Serra do Brigadeiro	4.094
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Pedra Bonita	531
MG	Muriaé	569
MG	Miradouro	498
MG	Guiricema	366
MG	Fervedouro	370
MG	Ervália	425
MG	Rosário da Limeira	98
MG	Araponga	246
MG	Sericita	403
MG	Divino	382
MG	São Sebastião da Vargem Alegre	206
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	321 - Mata do Godoy	2.753
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Apucarana	767
PR	Cambé	171
PR	Londrina	1179
PR	Marilândia do Sul	636
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	324 - Rio Guarani	3.267
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Três Barras do Paraná	1289
PR	Catanduvas	493
PR	Guaraniaçu	1485
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	325 - Giacometti	5.753
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Porto Barreiro	448
PR	Quedas do Iguaçu	876
PR	Rio Bonito do Iguaçu	603
PR	São João	1213
PR	Saudade do Iguaçu	282
PR	Sulina	575
PR	Chopinzinho	1756
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores

7	329 - Rolante/Riozinho	1.304
UF	Município	Número de Agricultores
RS	Rolante	638
RS	Caraá	666
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	330 - Quarta Colônia	36.963
UF	Município	Número de Agricultores
RS	Vale do Sol	1571
RS	Sinimbu	1503
RS	Passa Sete	797
RS	Paraíso do Sul	977
RS	Nova Palma	639
RS	Júlio de Castilhos	596
RS	Ivorá	355
RS	Itaara	146
RS	Ibarama	854
RS	Herveiras	473
RS	Pinhal Grande	600
RS	Faxinal do Soturno	478
RS	Novo Cabrais	601
RS	Estrela Velha	591
RS	Dona Francisca	327
RS	Cerro Branco	627
RS	Candelária	2892
RS	Boqueirão do Leão	1227
RS	Barros Cassal	1449
RS	Arroio do Tigre	1411
RS	Agudo	2037
RS	Gramado Xavier	623
RS	Venâncio Aires	4400
RS	Lagoão	704
RS	Vera Cruz	1332
RS	Restinga Seca	763
RS	Sobradinho	814
RS	Silveira Martins	292
RS	Sério	435
RS	Segredo	803
RS	São João do Polêsine	211
RS	Santa Maria	1305
RS	Santa Cruz do Sul	2705
RS	Rio Pardo	2030
RS	São Martinho da Serra	395
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	400 - Vale do Médio Paraíba do Sul	4.692
UF	Município	Número de Agricultores
RJ	Aperibé	124
RJ	Santo Antônio de Pádua	376
MG	Santana do Deserto	14
MG	Recreio	170
MG	Pirapetinga	49
RJ	Duas Barras	140
RJ	Comendador Levy Gasparian	8
MG	Chiador	63
RJ	Carmo	156
RJ	Cantagalo	200
RJ	Paraíba do Sul	41

RJ	Areal	7
MG	Além Paraíba	76
MG	Mar de Espanha	79
MG	Leopoldina	429
RJ	Itaocara	763
RJ	Sumidouro	840
MG	Estrela Dalva	39
RJ	Cambuci	418
RJ	Três Rios	37
MG	Volta Grande	12
RJ	Sapucaia	295
RJ	São José do Vale do Rio Preto	356
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	404 - Serra da Mantiqueira	8.492
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Santa Rita de Jacutinga	150
MG	Paraisópolis	285
MG	Passa Quatro	208
MG	Passa-Vinte	70
SP	Pindamonhangaba	97
SP	Piquete	22
SP	Piracaia	328
MG	Piranguçu	196
MG	Pouso Alto	269
RJ	Quatis	62
SP	Queluz	24
MG	Rio Preto	107
MG	Lima Duarte	216
SP	Santo Antônio do Pinhal	157
SP	São Bento do Sapucaí	145
SP	São José dos Campos	131
MG	São Sebastião do Rio Verde	127
MG	Sapucaí-Mirim	65
MG	Seritinga	62
MG	Serranos	78
RJ	Valença	272
MG	Virgínia	407
MG	Wenceslau Braz	76
RJ	Resende	116
MG	Gonçalves	110
MG	Carvalhos	371
MG	Aiuruoca	314
MG	Alagoa	186
MG	Baependi	400
MG	Bocaina de Minas	226
MG	Bom Jardim de Minas	140
MG	Brasópolis	396
SP	Cachoeira Paulista	66
MG	Camanducaia	426
SP	Campos do Jordão	8
SP	Monteiro Lobato	17
MG	Delfim Moreira	248
MG	Olaria	144
SP	Guaratinguetá	98
SP	Igaratá	37
MG	Itajubá	207

MG	Itamonte	272
MG	Itanhandu	169
RJ	Itatiaia	10
SP	Joanópolis	163
SP	Lavrinhas	25
MG	Liberdade	229
MG	Marmelópolis	176
MG	Córrego do Bom Jesus	288
SP	Cruzeiro	96
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	416 - Alto do Paranapanema	8.798
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Doutor Ulysses	528
SP	Pilar do Sul	491
SP	Piedade	1322
SP	Nova Campina	79
SP	Itararé	234
SP	Itapirapuã Paulista	33
SP	Itapeva	506
SP	Itapetininga	429
SP	Ribeirão Branco	1177
SP	Guapiara	446
SP	Capela do Alto	66
SP	Capão Bonito	481
SP	Bom Sucesso de Itararé	7
SP	Barra do Chapéu	159
SP	Araçoiaba da Serra	11
SP	Apiaí	637
SP	Alambari	49
SP	Votorantim	0
SP	Itaberá	893
SP	Salto de Pirapora	40
SP	São Miguel Arcanjo	439
SP	Sarapuí	141
PR	Sengés	332
SP	Taquarivaí	46
SP	Ribeirão Grande	113
SP	Sorocaba	11
SP	Buri	128
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	504 - Várzeas e Cabeceiras do Rio Iguaçu e Vila Velha	7.199
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Pinhais	8
PR	Contenda	789
PR	Curitiba	28
PR	Quatro Barras	26
PR	Porto Amazonas	15
PR	Piraquara	34
PR	Palmeira	1164
PR	Lapa	1186
PR	Ponta Grossa	411
PR	Almirante Tamandaré	137
PR	Campo Magro	286
PR	Colombo	340
PR	Castro	1134

PR	Carambeí	108
PR	Campo Largo	643
PR	Balsa Nova	90
PR	Araucária	800
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
7	510 - Campos de Lages	2.689
UF	Município	Número de Agricultores
SC	São José do Cerrito	1123
SC	Palmeira	109
SC	Painel	254
SC	Otacílio Costa	150
SC	Lages	408
SC	Correia Pinto	304
SC	Bocaina do Sul	341
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	116 - Pico do Jabre	470
UF	Município	Número de Agricultores
PB	Mãe d'Água	73
PB	Maturéia	74
PB	São José do Bonfim	56
PB	Teixeira	155
PB	Patos	112
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	127 - Saltinho/Barreiros	882
UF	Município	Número de Agricultores
PE	Gemeleira	144
PE	São José da Coroa Grande	7
PE	Água Preta	113
PE	Sirinhaém	130
PE	Tamandaré	16
PE	Barreiros	37
PE	Ribeirão	237
AL	Jacuípe	115
AL	Maragogi	34
PE	Rio Formoso	49
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	128 - Serra das Confusões	861
UF	Município	Número de Agricultores
PI	Alvorada do Gurguéia	199
PI	Canto do Buriti	561
PI	Cristino Castro	101
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	138 - Catolé	0
UF	Município	Número de Agricultores
AL	Paripueira	0
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	142 - Jacobina	1.147
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Miguel Calmon	580
BA	Piritiba	171
BA	Morro do Chapéu	396
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	146 - Maracás	86
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Iramaia	86
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores

6	149 - Coribe	3.198
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Santa Maria da Vitória	458
BA	São Félix do Coribe	171
MG	Montalvânia	148
MG	Juvenília	99
BA	Jaborandi	436
BA	Feira da Mata	310
BA	Coribe	425
BA	Cocos	395
BA	Carinhanha	488
MG	Manga	268
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	150 - Peruaçu	1.072
UF	Município	Número de Agricultores
MG	São João das Missões	43
MG	Miravânia	73
MG	Januária	694
MG	Itacarambi	55
MG	Cônego Marinho	207
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	209 - Jequié	1.340
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Maracás	629
BA	Manoel Vitorino	111
BA	Lajedo do Tabocal	87
BA	Lafaiete Coutinho	155
BA	Irajuba	141
BA	Itiruçu	81
BA	Planaltino	136
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	216 - Porto Seguro-Belmonte	190
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Santa Cruz Cabrália	46
BA	Porto Seguro	56
BA	Belmonte	88
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	223 - Itaúnas	615
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Conceição da Barra	138
ES	Montanha	279
ES	Pedro Canário	64
ES	Pinheiros	134
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	224 - Sooretama	1.622
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Sooretama	155
ES	Linhares	594
ES	Vila Valério	519
ES	Jaguaré	354
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	232 - Região de Ouro Preto e Serra do Caraça	1.618
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Mariana	125
MG	Raposos	0

MG	Rio Acima	3
MG	Sabará	36
MG	Santa Bárbara	101
MG	Ouro Preto	102
MG	Nova Lima	0
MG	Sarzedo	37
MG	Mário Campos	88
MG	Ibirité	42
MG	Catas Altas	29
MG	Caeté	109
MG	Brumadinho	401
MG	Belo Horizonte	0
MG	Barão de Cocais	23
MG	Alvinópolis	405
MG	Moeda	73
MG	Itabirito	44
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	235 - Serra do Caparaó	918
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Ibitirama	141
ES	Iúna	342
MG	Espera Feliz	185
MG	Alto Jequitibá	139
MG	Alto Caparaó	39
MG	Caparaó	72
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	237 - Região de Domingos Martins/Alfredo Chaves	571
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Marechal Floriano	338
ES	Anchieta	233
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	238 - Carangola	1.058
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Luisburgo	256
MG	Vieiras	241
MG	Pedra Dourada	48
MG	Faria Lemos	56
MG	Carangola	380
MG	São Francisco do Glória	77
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	239 - Cafundó/Bananal Norte	473
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Alegre	367
ES	Jerônimo Monteiro	106
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	250 - Ibitipoca	381
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Santa Rita de Ibitipoca	171
MG	Bias Fortes	210
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	306 - Barretos	1.894
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Viradouro	229
SP	Cajobi	74
SP	Terra Roxa	88

SP	Taiúva	112
SP	Bebedouro	222
SP	Taquaral	29
SP	Colina	30
SP	Guaraci	40
SP	Monte Azul Paulista	140
SP	Olímpia	300
SP	Pitangueiras	159
SP	Severínia	53
SP	Taiacu	125
SP	Barretos	293
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	310 - Poços de Caldas	9.226
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Mococa	113
MG	Monte Belo	763
MG	Monte Santo de Minas	255
MG	Muzambinho	617
MG	Poços de Caldas	75
SP	São João da Boa Vista	250
SP	São José do Rio Pardo	246
MG	São Pedro da União	452
SP	São Sebastião da Gramma	110
MG	Juruaia	427
SP	Vargem Grande do Sul	87
MG	Caldas	974
SP	Tapiratiba	46
MG	Jacuí	697
SP	Itobi	59
MG	Guaxupé	111
MG	Guaranésia	184
MG	Divisa Nova	155
SP	Águas da Prata	42
MG	Campestre	1356
SP	Caconde	356
MG	Cabo Verde	357
MG	Botelhos	292
MG	Bandeira do Sul	43
MG	Areado	252
MG	Arceburgo	79
MG	Andradas	502
SP	Divinolândia	326
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	316 - Barreiro Rico - Serra de Botucatu	824
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Torrinha	108
SP	Anhembi	93
SP	Brotas	83
SP	Dois Córregos	164
SP	Santa Maria da Serra	53
SP	São Manuel	12
SP	São Pedro	99
SP	Botucatu	212
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	319 - Ilha Grande (MS, PR)	7.087

UF	Município	Número de Agricultores
PR	Marilena	245
MS	Mundo Novo	282
MS	Naviraí	103
PR	Nova Londrina	109
PR	Loanda	176
PR	Querência do Norte	314
MS	Eldorado	85
PR	Porto Rico	102
MS	Jateí	196
MS	Itaquiraí	519
PR	Guaíra	792
PR	São Pedro do Paraná	160
PR	Diamante do Norte	104
MS	Batayporã	241
PR	Altônia	1138
PR	Icaraíma	406
PR	Santa Cruz de Monte Castelo	192
MS	Taquarussu	170
PR	Terra Roxa	1089
PR	Vila Alta	69
PR	São Jorge do Patrocínio	595
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	403 - Poço das Antas	585
UF	Município	Número de Agricultores
RJ	Casimiro de Abreu	51
RJ	Rio das Ostras	29
RJ	Conceição de Macabu	45
RJ	Silva Jardim	75
RJ	Carapebus	108
RJ	Cabo Frio	113
RJ	Macaé	164
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	405 - Niterói - Saquarema	818
UF	Município	Número de Agricultores
RJ	Rio Bonito	196
RJ	Saquarema	96
RJ	Tanguá	50
RJ	São Gonçalo	185
RJ	Niterói	4
RJ	Maricá	63
RJ	Araruama	122
RJ	Itaboraí	102
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	407 - Tijuca	396
UF	Município	Número de Agricultores
RJ	Rio de Janeiro	209
RJ	Nilópolis	0
RJ	Nova Iguaçu	185
RJ	São João de Meriti	2
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	409 - Serra da Bocaina	2.490
UF	Município	Número de Agricultores
SP	São José do Barreiro	69
SP	Areias	39
SP	Bananal	89

RJ	Barra do Piraí	23
SP	Caraguatatuba	11
SP	Cunha	730
RJ	Itaguaí	174
RJ	Mangaratiba	63
RJ	Mendes	4
SP	Natividade da Serra	261
RJ	Paracambi	103
SP	Paraibuna	91
RJ	Parati	189
RJ	Pinheiral	33
SP	Arapeí	23
RJ	Angra dos Reis	48
SP	São Luís do Paraitinga	168
SP	São Sebastião	1
SP	Ubatuba	4
RJ	Rio Claro	286
RJ	Piraí	81
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	411 - Serra da Cantareira	319
UF	Município	Número de Agricultores
SP	São Paulo	63
SP	Santa Isabel	59
SP	Nazaré Paulista	42
SP	Mairiporã	1
SP	Guarulhos	29
SP	Francisco Morato	1
SP	Bom Jesus dos Perdões	5
SP	Arujá	22
SP	Atibaia	86
SP	Franco da Rocha	10
SP	Caieiras	1
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	412 - Serra do Japi	545
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Cajamar	1
SP	Pirapora do Bom Jesus	0
SP	Jundiaí	119
SP	Itupeva	66
SP	Indaiatuba	181
SP	Cabreúva	48
SP	Araçariguama	20
SP	Itu	110
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	413 - Morro Grande	1.140
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Cotia	18
SP	Embu	0
SP	Ibiúna	1107
SP	Itapecerica da Serra	5
SP	São Lourenço da Serra	7
SP	Taboão da Serra	0
SP	Vargem Grande Paulista	3
SP	Carapicuíba	0
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	415 - Baixada Santista	942

UF	Município	Número de Agricultores
SP	Suzano	88
SP	Poá	6
SP	Ribeirão Pires	7
SP	Rio Grande da Serra	8
SP	Salesópolis	183
SP	Santo André	7
SP	Santos	1
SP	Mongaguá	0
SP	São Vicente	0
SP	Peruíbe	26
SP	São Bernardo do Campo	4
SP	Embu-Guaçu	1
SP	Praia Grande	0
SP	Moji das Cruzes	300
SP	Cubatão	0
SP	Bertioga	1
SP	Ferraz de Vasconcelos	6
SP	Guarujá	6
SP	Itanhaém	1
SP	Itariri	120
SP	Juquitiba	0
SP	Mauá	9
SP	Biritiba-Mirim	168
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	419 - Juréia - Paranaguá	3.035
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Cananéia	0
SP	Ilha Comprida	0
SP	Itaóca	35
SP	Iguape	315
PR	Guaraqueçaba	83
SP	Eldorado	334
PR	Campina Grande do Sul	49
SP	Cajati	226
PR	Bocaiúva do Sul	277
SP	Barra do Turvo	161
PR	Adrianópolis	139
SP	Jacupiranga	174
PR	Antonina	31
SP	Sete Barras	209
SP	Juquiá	90
SP	Tapiraí	138
SP	Ribeira	94
SP	Registro	113
SP	Pedro de Toledo	66
SP	Parquera-Açu	106
SP	Iporanga	71
SP	Miracatu	297
PR	Tunas do Paraná	27
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	501 - Alto-Médio Rio Tibagi/Alto Rio Iguaçu	8.882
UF	Município	Número de Agricultores
PR	Teixeira Soares	463
PR	Ortigueira	2709

PR	Telêmaco Borba	49
PR	Tamarana	0
PR	Sapopema	347
PR	São Jerônimo da Serra	556
PR	Rio Branco do Sul	467
PR	Ipiranga	1219
PR	Imbituva	1181
PR	Imbaú	213
PR	Fazenda Rio Grande	60
PR	Curiúva	762
PR	Campo do Tenente	170
PR	Tibagi	455
PR	Itaperuçu	231
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	509 - Chapecó	5.686
UF	Município	Número de Agricultores
SC	Lajeado Grande	173
SC	Xaxim	829
SC	Xavantina	597
SC	Marema	287
SC	Ipuaçu	598
SC	Cordilheira Alta	264
SC	Chapecó	1038
SC	Bom Jesus	158
SC	Arvoredo	338
SC	Coronel Freitas	885
SC	Xanxerê	519
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
6	513 - Rio Pelotas - São Mateus	3.531
UF	Município	Número de Agricultores
SC	Bom Retiro	438
RS	Vacaria	355
SC	Urupema	155
SC	São Joaquim	589
RS	São Francisco de Paula	803
RS	Monte Alegre dos Campos	349
RS	Campestre da Serra	332
RS	Bom Jesus	326
SC	Capão Alto	184
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	109 - Litoral Norte do Rio Grande do Norte	311
UF	Município	Número de Agricultores
RN	Grossos	29
RN	São Bento do Norte	40
RN	Pendências	20
RN	Monte das Gameleiras	58
RN	Galinhas	0
RN	Macau	36
RN	Guamaré	17
RN	Caiçara do Norte	13
RN	Areia Branca	84
RN	Porto do Mangue	14
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	133 - Inajá	842
UF	Município	Número de Agricultores

PE	Jatobá	111
PE	Inajá	122
PE	Petrolândia	364
PE	Tacaratu	245
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	137 - Água Branca	759
UF	Município	Número de Agricultores
AL	Delmiro Gouveia	136
AL	Água Branca	484
AL	Pariconha	139
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	214 - Remanescentes da Região de Camacã	118
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Pau Brasil	76
BA	Potiraguá	13
BA	Itaju do Colônia	17
BA	Itapetinga	12
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	225 - Alto Rio Santo Antônio	2.464
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Itabira	252
MG	Senhora do Porto	84
MG	Alvorada de Minas	132
MG	Braúnas	177
MG	Conceição do Mato Dentro	293
MG	Congonhas do Norte	131
MG	Dores de Guanhões	68
MG	Nova União	70
MG	Guanhões	457
MG	Itambé do Mato Dentro	60
MG	Jaboticatubas	88
MG	Joanésia	175
MG	Santa Maria de Itabira	81
MG	Passabém	49
MG	Ferros	216
MG	Antônio Dias	131
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	228 - Parque Estadual do Rio Doce	321
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Coronel Fabriciano	43
MG	Timóteo	32
MG	Marliéria	35
MG	Jaguarapu	29
MG	Dionísio	156
MG	Ipatinga	26
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	234 - Restinga de Setiba	615
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Guarapari	343
ES	Viana	117
ES	Cariacica	152
ES	Vila Velha	3
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	244 - Serra das Torres	495
UF	Município	Número de Agricultores

ES	Muqui	114
ES	Mimoso do Sul	381
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	247 - Porciúncula/Raposo/Miracema	829
UF	Município	Número de Agricultores
RJ	Miracema	115
RJ	Laje do Muriaé	102
RJ	Itaperuna	452
RJ	Natividade	160
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	300 - Rio Paranaíba	4.561
UF	Município	Número de Agricultores
GO	Itumbiara	391
MG	Araporã	32
MG	Canápolis	130
GO	Caçu	142
GO	Cachoeira Dourada	92
MG	Cachoeira Dourada	28
GO	Buriti Alegre	148
MG	Uberlândia	189
MG	Tupaciguara	154
MG	Monte Alegre de Minas	516
MG	Araguari	366
MG	Capinópolis	82
GO	Paranaiguara	78
MG	Prata	403
GO	Quirinópolis	822
MG	Santa Vitória	200
GO	Gouvelândia	60
GO	São Simão	2
GO	Inaciolândia	40
MG	Ipiaçu	40
GO	Corumbáiba	194
MG	Ituiutaba	377
MG	Centralina	75
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	301 - Paulo de Faria	978
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Itapagipe	908
SP	Paulo de Faria	70
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	302 - Furnas do Bom Jesus	486
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Pedregulho	145
MG	Conquista	116
SP	Buritizal	101
SP	Igarapava	124
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	303 - Orlândia - Morro Agudo	126
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Ipuã	57
SP	Morro Agudo	30
SP	São Joaquim da Barra	39
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	304 - Serra dos Rosas	408
UF	Município	Número de Agricultores

SP	Patrocínio Paulista	88
SP	Itirapuã	39
MG	Ibiraci	141
SP	Franca	140
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	307 - Valparaíso	2.258
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Guararapes	216
SP	Araçatuba	499
SP	Guaraçaí	264
SP	Valparaíso	79
SP	Murutinga do Sul	136
SP	Mirandópolis	328
SP	Lavínia	115
SP	Pereira Barreto	129
SP	Andradina	492
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	308 - Aguapeí	3.776
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Rinópolis	188
SP	Iacri	163
SP	Osvaldo Cruz	307
SP	Nova Independência	69
SP	Monte Castelo	162
SP	Luiziânia	69
SP	Lucélia	206
SP	Adamantina	279
SP	Irapuru	275
SP	Rubiácea	53
SP	Flórida Paulista	259
SP	Clementina	110
SP	Castilho	240
MS	Brasilândia	92
SP	Bento de Abreu	12
SP	Arco-Íris	83
SP	Junqueirópolis	344
SP	Paulicéia	28
SP	Salmourão	86
SP	Santa Mercedes	40
SP	Santópolis do Aguapeí	50
SP	São João do Pau d'Alho	87
MS	Três Lagoas	162
SP	Piacatu	109
SP	Pacaembu	303
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	312 - Caetetus	622
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Vera Cruz	60
SP	Ocaçu	146
SP	Marília	95
SP	Lupércio	22
SP	Garça	68
SP	Gália	45
SP	Echaporã	91
SP	Alvinlândia	30
SP	Fernão	65

Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	314 - Ivinhema	2.376
UF	Município	Número de Agricultores
MS	Novo Horizonte do Sul	674
MS	Ivinhema	734
MS	Glória de Dourados	356
MS	Deodápolis	375
MS	Angélica	237
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	315 - Pontal do Paranapanema	2.422
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Rosana	327
PR	Inajá	35
SP	Euclides da Cunha Paulista	263
MS	Bataguassu	122
MS	Anaurilândia	89
SP	Marabá Paulista	141
SP	Mirante do Paranapanema	344
SP	Presidente Epitácio	219
PR	Terra Rica	275
PR	Santo Antônio do Caiuá	39
SP	Teodoro Sampaio	188
PR	Paranavaí	380
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	317 - Mata do Mosquito	446
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Taciba	118
PR	Porecatu	12
SP	Pirapozinho	112
PR	Centenário do Sul	103
SP	Narandiba	101
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	401 - Jurubatiba	2.290
UF	Município	Número de Agricultores
RJ	Quissamã	59
RJ	Campos dos Goytacazes	2231
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
5	402 - Serra dos Órgãos	7.048
UF	Município	Número de Agricultores
RJ	Paty do Alferes	114
RJ	Cordeiro	28
RJ	Bom Jardim	334
RJ	Guapimirim	21
RJ	Duque de Caxias	95
RJ	Teresópolis	2321
RJ	Miguel Pereira	25
RJ	Trajano de Moraes	537
RJ	Macuco	29
RJ	São Sebastião do Alto	280
RJ	São Fidélis	809
RJ	Santa Maria Madalena	146
RJ	Petrópolis	119
RJ	Cachoeiras de Macacu	748
RJ	Nova Friburgo	952
RJ	Magé	490
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores

5	406 - Cabo Frio	42
UF	Município	Número de Agricultores
RJ	Armação dos Búzios	3
RJ	Arraial do Cabo	1
RJ	Iguaba Grande	7
RJ	São Pedro da Aldeia	31
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	111 - Natal / Tibau do Sul	1.317
UF	Município	Número de Agricultores
RN	Nísia Floresta	97
RN	Ceará-Mirim	508
RN	Extremoz	147
RN	Maxaranguape	1
RN	Natal	35
RN	Touros	286
RN	Pureza	64
RN	Rio do Fogo	33
RN	Parnamirim	15
RN	São José de Mipibu	104
RN	São Gonçalo do Amarante	27
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	215 - Jordânia	139
UF	Município	Número de Agricultores
BA	Itarantim	139
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	218 - Almenara	133
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Jequitinhonha	133
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	227 - Delta do Rio Doce	1.414
UF	Município	Número de Agricultores
ES	Aracruz	426
ES	São Mateus	988
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	245 - Serra de São José	966
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Tiradentes	73
MG	Coronel Xavier Chaves	121
MG	Prados	150
MG	Santa Cruz de Minas	1
MG	São João del Rei	621
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	305 - Serra da Bodoquena	843
UF	Município	Número de Agricultores
MS	Miranda	230
MS	Jardim	78
MS	Bonito	199
MS	Bodoquena	238
MS	Porto Murtinho	98
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	309 - Novo Horizonte	699
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Sales	62
SP	Cafelândia	85
SP	Lins	26
SP	Sabino	84

SP	Pongaí	64
SP	Novo Horizonte	378
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	311 - Matão	955
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Nova Europa	33
SP	Gavião Peixoto	33
SP	Itápolis	575
SP	Matão	62
SP	Tabatinga	252
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	313 - Jacaré - Pepira	239
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Barra Bonita	52
SP	Jaú	80
SP	Macatuba	53
SP	Mineiros do Tietê	54
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	318 - Lençóis Paulista	297
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Lençóis Paulista	85
SP	Pratânia	18
SP	Borebi	4
SP	Avaré	169
SP	Iaras	21
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
4	414 - Ilha de São Sebastião	0
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Ilhabela	0
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
3	221 - Remanescentes na região de Teófilo Otoni	5.103
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Novo Cruzeiro	1139
MG	Teófilo Otoni	964
MG	Poté	201
MG	Angelândia	116
MG	Ouro Verde de Minas	236
MG	Ataléia	317
MG	Malacacheta	415
MG	Ladainha	435
MG	Itambacuri	228
MG	Itaipé	312
MG	Franciscópolis	170
MG	Catuji	160
MG	Carlos Chagas	214
MG	Pescador	35
MG	Campanário	23
MG	Frei Gaspar	138
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
3	226 - Região de Aimorés / Ituaçu	1.530
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Aimorés	471
MG	Santa Rita do Ituaçu	185
MG	Resplendor	320
ES	Baixo Guandu	318

MG	Itueta	236
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
3	249 - Serra de Carrancas	733
UF	Município	Número de Agricultores
MG	Itutinga	189
MG	Carrancas	116
MG	Cruzília	191
MG	Ingaí	76
MG	Minduri	30
MG	Luminárias	131
Pontuação	Código e nome da área	Número de Agricultores
3	320 - Ipanema	305
UF	Município	Número de Agricultores
SP	Boituva	114
SP	Iperó	106
SP	Tatuí	85



Esplanada dos Ministérios,
Bloco B – 7º andar
70.068-900 – Brasília – DF

Tel: (61) 317-1203
Fax: (61) 224-0879
fnma@mma.gov.br
<http://www.mma.gov.br/fnma>

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

